

MESTRADO
CONTABILIDADE E CONTROLO DE GESTÃO

Caracterização dos Relatórios dos Pagamentos a Administrações Públicas (RPAP) elaborados pelas empresas apoiantes da Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)

Marlene Filipa Ferreira da Silva

M

2018



FEP FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Caracterização dos Relatórios dos Pagamentos a Administrações Públicas (RPAP) elaborados pelas empresas apoiantes da Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)

Marlene Filipa Ferreira da Silva

Dissertação

Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão

Orientado por:

Prof. Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo Branco

Prof. João Pedro Figueiredo Ferreira de Carvalho Oliveira

2018

Nota Biográfica

Marlene Filipa Ferreira da Silva, nascida no dia 21 de julho de 1990, em Paranhos, na cidade do Porto ingressou em 2010 no ensino superior no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e concluiu a licenciatura em Contabilidade e Administração no ano de 2014. Ainda em 2014, iniciou o seu percurso profissional na área de *Business Process Solutions – Finance and Accounting*, na Deloitte, onde se encontra até ao momento. Em 2015, inscreveu-se como Contabilista Certificada na Ordem dos Contabilistas Certificados. No ano letivo de 2015/2016, ingressou no Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no âmbito do qual é apresentada a presente dissertação.

No ano de 2018, participou num estudo internacional The STAR Collective (2018, no prelo), “Exploring the efficacy of the EU Accounting Directive Chapter 10 Reports on Payments to Government Regulations: Reflections for the EU”, em conjunto com o professor Manuel Castelo Branco e o professor João Pedro Oliveira.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer todo o apoio e paciência aos professores Manuel Castelo Branco e João Pedro Oliveira, por todos os comentários, ideias, material e tempo despendido que permitiram a construção deste estudo; à minha família, principalmente à minha mãe, que tem sido a base de tudo, desde sempre; aos meus amigos de sempre, aos meus colegas de trabalho e às pessoas que conheci neste mestrado pelo incentivo que me deram desde o início; e finalmente ao Fábio, a quem agradeço todo o apoio constante prestado ao longo deste trabalho, por toda a compreensão e pelo incentivo que me deu.

Resumo

A corrupção e um deficiente comportamento tributário são problemas que têm gerado grande preocupação por todo o mundo (Joseph et al., 2016). Este problema verifica-se em grande escala nos países em desenvolvimento, ricos em recursos naturais, mas que tendem a ter um fraco crescimento económico, uma acentuada instabilidade política e social, elevados níveis de pobreza, e elevados níveis de corrupção nos setores públicos e privados. A implementação da transparência dos pagamentos publicadas pelas empresas e os recebimentos pelos governos é vista como uma das vias mais eficazes para diminuir a corrupção (Halter et al., 2009), evasão e fraudes fiscais (Sikka, 2018).

O tema da transparência está a ocupar um lugar central pela prossecução do desenvolvimento sustentável (Mol, 2010) e tem gerado diversos esforços por parte de várias organizações governamentais, não-governamentais e empresariais. Um dos recentes desenvolvimentos dentro desta temática foi a criação de legislação que exige às empresas do setor da indústria extrativa ou na exploração da floresta primária a publicação, em forma de relatório, de informação de pagamentos a administrações públicas dos países em que essas empresas têm atividade.

Este estudo, de carácter exploratório, pretende identificar e caracterizar, através da análise do conteúdo de cada relatório de pagamentos às administrações públicas publicado nos websites das 59 empresas que colaboram com a Extractive Industries Transparency Initiative (EITI), os relatórios que podem ser considerados os melhores exemplos. Este estudo pretende igualmente analisar a qualidade de cada relatório de pagamentos às administrações públicas, identificar as diferenças entre cada relatório e as razões que poderão explicar essas diferenças.

Palavras-Chave: Relatório de pagamentos às administrações públicas, transparência, corrupção, indústria extrativa.

Abstract

Corruption and poor quality tax behavior are problems that have generated great concern to companies around the world (Joseph et al., 2016). This problem occurs on a large scale in developing countries, rich in natural resources but with a tendency to have a weaker economic growth, marked by political and social instability, high levels of poverty, and corruption both in public and private sectors. The implementation of transparency of companies' payments and receipts by governments is seen as one of the most effective ways to reduce corruption (Halter et al., 2009), tax evasion and fraud (Sikka, 2018).

The issue of transparency is central to the pursuit of sustainable development (Mol, 2010) and has generated numerous efforts by various governmental, non-governmental and business organizations. One of the great developments within this subject was the creation of legislation that requires companies in the extractive industry sector or the exploitation of primary forest to publish, in the form of report, the payment information to public administrations in the countries in which the companies operate.

This exploratory study aims at identifying and characterizing, through the analysis of the content of each payment report to public administrations that is published on the websites of the 59 companies that collaborate with the Extractive Industries Transparency Initiative, the reports that can be considered the best examples. This study aims to analyze the quality of each payments report to public administrations and it intends to identify the differences between each report and the reasons behind such differences.

Keywords: Reports on payments to public administrations, transparency, corruption, extractive industry.

Índice

1-	1
1.1 – ENQUADRAMENTO E MOTIVAÇÕES DO ESTUDO.....	1
1.2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO	3
1.3 – ESTRUTURA DO TRABALHO	4
2-	REVISÃO DE LITERATURA.....5
2.1 – TRANSPARÊNCIA FISCAL	5
2.2 - COUNTRY-BY-COUNTRY REPORTING	8
2.3 – RELATÓRIO DE PAGAMENTOS ÀS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	10
2.4 – PRINCIPAIS INICIATIVAS NO SENTIDO DE REGULAR O CBCR.....	13
2.4.1 - A EITI - EXTRACTIVE INDUSTRIES TRANSPARENCY INITIATIVE.....	13
2.4.2 – LEGISLAÇÕES CRIADAS NO CONTEXTO DA TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO SETOR DA INDÚSTRIA EXTRATIVA.....	16
2.4.2.1- <i>Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act</i>	16
2.4.2.2 – <i>Diretiva Europeia 2013/34/EU</i>	17
2.4.2.3 – <i>ESTMA – Extractive Sector Transparency Measures Act</i>	18
2.4.2.4 – <i>Transparência na Austrália</i>	19
3-	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO 21
4 –	RESULTADOS DA ANÁLISE EMPÍRICA 24
4.1- QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE CONSTROEM OS RPAP	24
4.2 – ANÁLISE POR PAÍS E POR INDÚSTRIA	25
4.3 – APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	29
4.4 – ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO	33
4.5 - MENSAGENS DOS CEO/CHAIRMAN/CFO/ CSO:.....	34
4.6 – PAGAMENTOS POR PROJETO	35
4.7 – RPAP CONSTRUÍDOS COM BASE NO ESTMA	36
4.8 – MELHORES PRÁTICAS DE RPAP	37
5 –	DISCUSSÕES E OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS..... 41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICES	49

Índice de Figuras

Figura 1 - Transparência Política e Corrupção.....	7
Figura 2 - Nível de preparação das entidades ao aumento da exigência global dos RPAP..	12
Figura 3 - O progresso do relacionamento dos membros com o EITI	14
Figura 4 - Detalhe dos RPAP por área geográfica.....	21
Figura 8 - Gráfico que representa todos os pagamentos efetuados pela BHP Billinton	30
Figura 9 - Gráfico representativo dos pagamentos feitos aos governos pela Glencore.....	30

Índice de Apêndices

Apêndice 1 - Tabela representativa da amostra de empresas que foram analisadas neste estudo	49
Apêndice 2 - Análise às empresas que estão ao abrigo de legislação na divulgação do RPAP	53
Apêndice 3 - Relação entre a Construção de RS e RPAP	54
Apêndice 4 - Classificação em Relação ao Número de Páginas de cada RPAP.....	55
Apêndice 5 - Classificação dos RPAP em Relação à Divisão dos Pagamentos por Projeto e Descrição dos Investimentos Feitos Nessas Comunidades	56
Apêndice 6 - Consolidação de todos os Índices	57
Apêndice 7 - Empresas que têm RPAP, e não são obrigadas a ter.....	58
Apêndice 8 - Histórico da empresa Standard Oil.....	59

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Lista das empresas que têm Relatório com base nas regras ESTMA disponibilizados nos seus websites.....	24
Tabela 2 - Demonstração de quantas empresas constroem RPAP, dividido por país e setor de atividade.....	25
Tabela 3 - Demonstração de quantas empresas não constroem RPAP, dividido por país e setor de atividade	26
Tabela 4 - Relação entre a obrigação e a apresentação de RPAP dos países.....	27
Tabela 2 - Divisão das empresas por dimensão dos RPAP.....	31
Tabela 6 - Relação entre quantidade de cliques necessários para aceder à informação e o número de empresas.	33
Tabela 7 - Tabela com detalhe do número de empresas com RPAP ESTMA.....	36

Abreviaturas

BEPS – Base Erosion and Profit Shifting

CbCR – Country-by-Country Reporting

CEO – Chief Executive Officer

CFO – Chief Financial Officer

CSO - Chief Sustainability Report

EITI – Extractive Industries Transparency Initiative

ESTMA – Extrative Sector Transparency Measures Act

GRI – Global Reporting Initiative

IASB – International Accounting Standards Board

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OPEC – Organization of the Petroleum Exporting Countries

RPAP – Relatório de Pagamentos a Administrações Públicas

RS – Relatório de Sustentabilidade

SDG – Sustainable Development Goals

SEC – U. S. Securities and Exchange Commission

UE – União Europeia

1-

“We also know that countries are more likely to prosper when governments are accountable to their people. So we are leading a global effort to combat corruption, which on many places is the single greatest barrier to prosperity, and which is a profound violation of the human rights. “

(Barack Obama, Nova Iorque/Oslo, setembro de 2011)

1.1 – Enquadramento e Motivações do Estudo

Existem países ricos em recursos naturais, recursos esses que podem valer cerca de oitenta trilhões de dólares¹, espalhados por vários países do mundo, como o petróleo, gás natural e outros minérios. Apesar de possuírem esta riqueza natural, esses países tendem a ser economicamente frágeis e desequilibrados, o que pode conduzir à ocorrência de conflitos sociais. Normalmente, estes países não têm governantes eficazes na gestão dos recursos do país e, desta forma, não minoram os problemas enraizados na economia local (Ernst&Young, 2016).

A grande maioria dos cidadãos destes países continua a viver em pobreza extrema e os respetivos governos, na grande maioria dos casos, não divulgam os valores que recebem das empresas, comprometendo o conhecimento do destino desses montantes. Esses recursos podem ser a base fundamental de uma economia, principalmente dos países em desenvolvimento, sendo que a riqueza obtida pode representar uma fatia substancial dos orçamentos disponíveis dos governos desses países, e serem cruciais para fornecer serviços básicos às suas populações.

A corrupção, evasão e fraude fiscais tem sido um problema crescente, principalmente pelas grandes empresas multinacionais que exploram os recursos destes países, e estas práticas tem um efeito negativo nas economias e sociedades destes países (Ernst & Young, 2016). Por esta razão, a corrupção e o comportamento tributário têm sido temas centrais e objeto de mais esforços para reduzir o desfasamento entre as expectativas dos cidadãos quanto ao comportamento das empresas e as práticas efetivas destas. Estes temas, que têm

¹ Informação obtida no The World Bank Data (2018): <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>

movimentado entidades por todo o mundo, têm sido analisados por alguns como a nova vaga de responsabilidade social das empresas (KPMG, 2013).

A corrupção é um dos maiores problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento dotados em recursos naturais. Face à dimensão em grande escala desse problema, o desenvolvimento económico e estabilidade social são comprometidos. A instabilidade social e económica, aliada à falta de transparência por parte dos governos, leva a que o investimento de longo prazo nestes países seja encarado como sendo de alto risco. Tal facto culmina na falta de confiança dos investidores e consequentemente impossibilita que esses países sigam uma trajetória de crescimento próxima do seu potencial, ou seja, sem aproveitar na sua plenitude os seus recursos (Kolstad e Wiig, 2009).

O estudo de Kolstad e Wiig (2009) analisa se a transparência é a chave para a redução da corrupção nos países ricos em recursos naturais. A conclusão deste estudo foi que em cerca de 150 países, ao analisar a relação entre a corrupção e a transparência da informação, a falta de transparência de informação está intimamente relacionada com a existência de altos níveis das práticas de corrupção. Por corrupção entende-se o abuso do uso de dinheiro/poder publico para benefício próprio. Outro estudo de Williams (2011), realizado em 105 países entre 1960 e 2004, comprovou a mesma teoria, ou seja, a falta de transparência afeta negativamente o crescimento económico. É facilmente compreensível que a falta de transparência na economia retrai os investidores, dada a dificuldade em perceber, entre outras questões, o nível de corrupção praticado nos países que potencialmente gostariam de investir, afetando negativamente o interesse nos múltiplos projetos de investimento que possam surgir. Esta realidade acentua-se naqueles países em que o governo é mais frágil, corrupto e nos quais o conflito e a instabilidade social afetam a sustentabilidade das operações, colocando em causa a rentabilidade dos projetos.

Este conceito de transparência tem sido central em recentes desenvolvimentos na regulação do relato empresarial. Apesar de poder ser de natureza voluntária, o Relatório de Pagamentos a Administrações Públicas (RPAP) é um tipo de relato imposto, em certas legislações, às empresas do setor da indústria extrativa e da exploração da floresta primária. Este relatório tem vindo a ganhar saliência devido à legislação imposta pela EU e pelo Canadá. É uma forma de relato “por país de operação” (*country-by-country reporting*) (Longhorn 2016, Murphy, 2016, Wójcik, 2015) resultante principalmente das preocupações da sociedade

civil a propósito da corrupção, do aumento do poder das multinacionais e da responsabilidade social (Wójcik, 2015).

A transparência da informação, presente nos relatórios dos pagamentos a administrações públicas, é altamente positiva para as empresas, pela confiança que transmite aos seus *stakeholders*, mas também beneficia, em larga escala, os cidadãos a terem informação significativa acerca dos contributos económicos que têm obtido pelos seus recursos existentes no seu país (sobretudo no caso dos países em desenvolvimento). Através destes relatórios conseguem obter provas que sustentem os seus argumentos e, desta forma, exigir aos seus governos uma eficaz aplicação desses rendimentos. O foco do investimento (não apenas monetário) deve centrar-se no aumento do bem-estar das comunidades e diminuição da desigualdade social, na tomada de medidas e mecanismos que diminuam a corrupção social facilitando a captação e aumento do investimento externo nesses países, promovendo o crescimento dessas economias.

De referir a importância do nível de educação apresentado pelo eleitorado, dado que também é capaz de influenciar o ambiente vivido na economia, na medida em que as pessoas poderão manifestar, de forma mais fundamentada, o seu acordo ou desacordo com a atuação das instituições governamentais. Numa perspetiva política, poderá filtrar os governantes mais responsáveis e transparentes para governar, e assim atrair os investidores pela redução da corrupção presente no país (Kolstad e Wiig, 2009).

1.2 – Objetivos e Metodologia do Estudo

Com esta investigação, através do método de análise de conteúdo dos RPAP, pretende caracterizar-se os relatórios disponibilizados pelas empresas do setor extrativo sobre os seus pagamentos realizados aos governos locais. A amostra de empresas analisadas é constituída pelas 59 empresas que apoiam a EITI.

Com a caracterização deste tipo de relato, poderemos tirar algumas conclusões acerca da qualidade da divulgação da informação, do nível de transparência da informação de cada empresa, perceber quais as diferenças dos relatórios entre cada empresa e se o mesmo é influenciado pela região/país em que se encontram, e também perceber o que motiva a existência dessas diferenças, e assim contribuir para o conhecimento desta problemática, visto ser um tema recente e ainda pouco explorado pelos investigadores desta área.

No caso da União Europeia e do Canadá, este tipo de relato tem carácter obrigatório para as empresas abrangidas pela legislação e acima definidas, ao contrário do que acontece no resto do mundo. Por esta razão, será interessante perceber as diferenças e motivações entre estes dois grupos de países, principalmente para aqueles que divulgam os pagamentos às administrações públicas apesar de não serem obrigados a fazê-lo.

A importância deste estudo revela-se no facto de perceber que empresas apoiantes da EITI, sejam estas obrigadas pela legislação em vigor nos países onde têm a sede das suas organizações ou não, divulgam os pagamentos às administrações públicas. Além disso, também é interessante analisar a qualidade da informação que apresenta nos seus RPAP, analisar se divulgam para além daquilo a que são obrigadas e por fim relacionar estas informações com a necessidade de cada organização em ser mais transparente, nomeadamente se têm algum fator que influencie o tipo de RPAP que constroem.

Dado que o tema, nomeadamente no tocante às recentes iniciativas descritas, tem sido pouco explorado na literatura, esta investigação será um contributo que irá enriquecer a discussão e conhecimento científico existente.

1.3 – Estrutura do Trabalho

O presente estudo desenvolve-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta as motivações no estudo dos RPAP das empresas que colaboram com a EITI e os objetivos desta dissertação. O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura sobre os RPAP, a legislação que obriga à divulgação dos pagamentos às administrações públicas, a transparência e a eficácia do papel da EITI nas organizações. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada na investigação, identificando os RPAP das empresas que foram analisadas neste estudo, assim como os dados que deles se obteve. No quarto capítulo são divulgados os resultados da análise feita aos vários RPAP retirados dos websites das empresas que colaboram com a EITI. No quinto e último capítulo são apresentadas as devidas conclusões, contribuições e limitações deste estudo, assim como sugestões para futuras investigações.

2- Revisão de Literatura

2.1 – Transparência Fiscal

Na cimeira do grupo G8, realizada em junho de 2013, foi assinada uma declaração pelos líderes das nações em que se reconhece a importância da partilha de informação por parte das autoridades fiscais para combater o “flagelo da fraude fiscal” (Branco, 2014). Este assunto tem ganho uma crescente importância na medida em que a falta de transparência na informação empresarial permite, do ponto de vista económico, a redução da carga fiscal para as empresas, o aumento da sua rentabilidade e dos lucros a partilhar pelos seus sócios/proprietários. No entanto, pela perspetiva da sociedade, essa redução de carga fiscal significa um menor financiamento dos programas estatais, como a educação, saúde, transportes, infraestruturas e outros (Lanis e Richardson, 2012).

A tributação também tem outro papel importante na sociedade, visto que o Estado pode aplicar um nível de imposto superior às atividades consideradas indesejáveis face às restantes que por serem desejáveis, podem ser subsidiadas (Avi-Yonah, 2011). Nesta perspetiva, o Estado é um elemento regulador do equilíbrio entre as empresas, Estado e a sociedade.

No entanto, podemos constatar que em alguns casos esse poder regulador encontra-se enfraquecido, devido à ascensão das grandes multinacionais que têm várias subsidiárias pelo mundo, facilitando a evasão e planeamento fiscal² como forma de pagar menos impostos.

Algumas estratégias utilizadas por estas multinacionais para praticar evasão fiscal são, por exemplo: a manipulação dos preços de bens e serviços dentro do grupo com estratégias de preços de transferência; desenhar a estrutura da empresa de forma a reduzir a carga fiscal; e também usar formas de financiamento para maximizar o benefício fiscal através da subcapitalização (Jenkins e Newell, 2013).

As consequências deste comportamento fiscal por parte das multinacionais (não só por parte destas, mas claramente são as que têm um maior impacto) são danosas para os países em desenvolvimento, dado que se traduz em biliões de dólares que não foram entregues aos

² Entende-se por planeamento fiscal um comportamento estratégico para reduzir os custos com impostos sem contrariar o espírito da lei. A evasão fiscal contorna as regras do sistema fiscal para obter vantagens fiscais não pretendidas pelo legislador (Branco, 2014).

cofres destes países, montantes esses bem superiores àqueles que recebem como ajuda internacional, podendo ser uma das causas dos graves problemas sociais, ou pelo menos da sua não redução, como a fome e/ou a taxa de mortalidade infantil entre 2000 e 2015 (Aid, 2008).

Analisando estes factos, conclui-se que o comportamento fiscal das empresas influencia a responsabilidade social das mesmas: o desvio dos montantes que deveriam ser canalizados para os governos, seriam fulcrais para cada um destes países em desenvolvimento. Com esse rendimento extra, os governos, caso tomassem medidas políticas nesse sentido, seriam capazes de desempenhar um papel mais eficaz no cumprimento das suas obrigações no que diz respeito à melhoria de qualidade de vida dos seus cidadãos, através de investimentos estratégicos na educação, no combate à fome e pobreza/desigualdades sociais, na criação de infraestruturas, entre outros. Este cenário teria um efeito positivo para toda a economia (inclusive para as empresas afetadas pelo acréscimo de carga fiscal/redução de evasão fiscal) dado que as medidas acima referidas tinham como objetivo a criação de condições propícias para o desenvolvimento da mesma, com melhores recursos humanos à disposição das empresas e um ecossistema económico transparente e justo alicerçado numa sociedade mais equilibrada.

Na verdade, os impostos não podem ser vistos como um gasto que deve ser minimizado para aumentar a rentabilidade das empresas, mas sim um retorno do investimento que os governos aplicam nas suas sociedades de forma a fomentar um conjunto de condições necessárias para a atividade empresarial (Branco, 2014).

A corrupção e o comportamento tributário são das práticas das empresas que mais influenciam a confiança dos cidadãos, e por essa mesma razão estas têm sido analisadas como constituintes da nova vaga de responsabilidade social das empresas (KPMG, 2013). Com base em Kaufmann e Bellver (2005), a transparência de informação é considerada como uma solução na redução da corrupção e outras disfunções existentes já referidas. Esta investigação demonstra a correlação existente entre a falta de transparência e altos níveis de corrupção, como se pode verificar na figura 1.

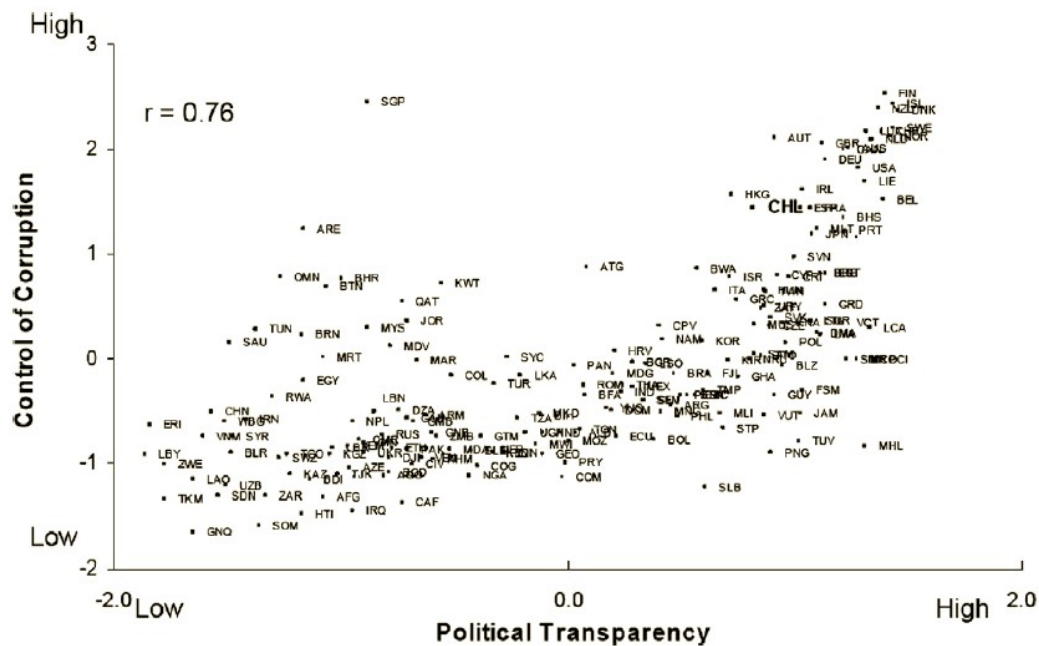


Figura 1 - Transparência Política e Corrupção

Fonte: Kaufmann e Bellver (2005)

Daí surge o conceito de transparência dos pagamentos que são efetuados aos governos, através da criação de relatórios destes pagamentos, por país e por projeto. Esta foi criada com o intuito de aumentar a confiança dos cidadãos, fornecendo-lhes acesso à informação necessária para controlar e manifestarem-se perante a aplicação dos fundos que o Estado recebe das empresas que laboram no país, e também uma forma de combater a corrupção e a evasão fiscal.

A Extractive Industries Transparency Initiative (EITI), uma iniciativa que promove a transparência fiscal entre as empresas do setor extrativo, tornou-se fundamental no apoio aos países que querem participar nesta iniciativa e têm alguma dificuldade em implementar os seus requisitos (Lujala, 2018).

2.2 - Country-by-Country Reporting

O recurso a estratégias de minimização da carga fiscal por parte dos grupos económicos multinacionais contribui negativamente para a economia, na medida em que têm impacto negativo que afeta diretamente o nível de receita dos Estados. Face ao crescimento deste tipo de práticas surgiu a necessidade de criar uma forma de mitigar as lacunas de informação existentes nos processos de execução fiscal de cada jurisdição, informações essas que permitem avaliar se as subsidiárias das multinacionais, que operam nessas jurisdições, se comportam em conformidade com a legislação fiscal aplicável (Murphy, 2016).

O Country-by-Country Reporting (CbCR) proposto por Murphy (2003) é um relatório que obriga as empresas multinacionais a publicar informações de todas as suas operações realizadas em todas as localizações geográficas onde desenvolvem a sua atividade. Isto é, as empresas devem disponibilizar todos os seus rendimentos auferidos, todas os seus custos, os impostos pagos a cada jurisdição de cada país e os seus investimentos que tenham contribuído para melhorar a qualidade de vida nas comunidades nos diversos países (Wójcik, 2015).

Na prática podem-se distinguir dois tipos de CbCR. O primeiro consiste apenas em expor a informação financeira, incluindo a sua divulgação pública, enquanto que o segundo funciona como uma declaração fiscal, independente dos relatos financeiros, sendo uma ferramenta usadas pelas autoridades fiscais de modo a detetar irregularidades nesta área de intervenção (Papalampos, 2017).

Desde 2013 existiram várias tentativas de Murphy para que o CbCR fosse aprovado pelo IASB, sendo constantemente afastada a sua implementação. Contudo, em 2008, face aos resultados da crise mundial, os assuntos relacionados com a justiça fiscal e a transparência das organizações ganharam uma nova relevância nos debates. Desta forma, estava criada uma janela de oportunidade para uma nova tentativa de aprovação para o CbCR, tornando estes relatórios obrigatórios para as multinacionais. Ainda assim o processo prolongou-se durante vários meses, pelo que só em 2010 foi aprovado o Dodd-Frank Act, que exigia às empresas do setor extrativo listadas na bolsa de valores dos EUA que publicassem os pagamentos efetuados aos governos, por país e por projeto (Wójcik, 2015).

Em consequência do sucesso verificado nos EUA, a Europa seguiu os seus passos, impondo a obrigatoriedade de reportar os pagamentos às administrações públicas. A intervenção europeia foi mais alargada visto não foram apenas aplicadas essas medidas às empresas do setor extrativo, mas também às de exploração da floresta primária.

No decurso da reunião dos Ministros dos países do G20, que se realizou em junho de 2013, a OCDE apresentou o BEPS como um plano de ação (ação 13) para o combate à erosão tributária e aos desvios de lucros para jurisdições de baixa tributação, exigindo aos bancos e instituições financeiras, ao abrigo da diretiva 2013/36/EU art.º 89, a publicar um CbCR com a informação dos lucros obtidos, número de funcionários, impostos pagos e subsídios recebidos (Murphy, 2016). Desta forma, as instituições financeiras têm de apresentar informações desagregadas por Estado-Membro e por país terceiro em que tenham estabelecimentos, sobre um conjunto vasto de informações, nomeadamente, lucros ou perdas antes de impostos, impostos pagos sobre os resultados obtidos e subsídios públicos recebidos. Tal facilita às autoridades tributárias dos países envolvidos no processo de tributação um cruzamento de dados eficaz, podendo combater contra a fuga e evasão fiscal que se tem verificado, principalmente pelas multinacionais.

As vantagens do CbCR consistem essencialmente em permitir o acesso a novas informações, de modo a que as autoridades validem se todas as subsidiárias das multinacionais estão ou não a pagar o montante justo de impostos e no tempo certo. Esta maior transparência visa aumentar a eficiência e eficácia na deteção de casos de abuso fiscal. De referir que não tem somente um forte contributo na área da tributação, mas também funciona como ferramenta de tratamento de informação pública, nomeadamente para os *stakeholders* se inteirarem de forma mais fidedigna do desempenho das multinacionais ao nível da responsabilidade social (Longhorn 2016). Ou seja, o utilizador da informação publicada nestes relatórios tem acesso a dados relevantes no processo de tomada de decisão, nomeadamente nas decisões de investimento - ou de desinvestimentos, em casos que se assumam de maior risco e/ou menos rentáveis.

No entanto, estas medidas podem acarretar algumas desvantagens, apontadas principalmente pelas grandes empresas que não têm a intenção de divulgar toda a informação pedida nestes relatórios. Isto é, regista-se um aumento do risco comercial devido à publicação de informação confidencial que assim vaza para as empresas concorrentes (Murphy, 2016).

Para a Ernst & Young (2013), o CbCR não informa diretamente os *stakeholders* se as empresas praticam ou não medidas de evasão ou planeamento fiscal. Os opositores ao CbCR argumentam que a informação não será útil, pelo que desnecessária a sua divulgação, e ainda há quem acredite que as autoridades civis nunca irão olhar para estes relatórios. Para além da questão da proteção de informações internas, existe um custo associado conduzindo ao aumento dos encargos e processos administrativos devido à obrigatoriedade da construção de mais um reporte para além dos já existentes (Murphy, 2016).

Na legislação portuguesa, o art.º 121-A do código do IRC veio introduzir a obrigação para as empresas com rendimentos superiores a 750 milhões de euros, de apresentarem uma declaração de informação financeira e fiscal por país e jurisdição, independentemente de estas serem entidades-mães finais, ou entidades-mãe em substituição de grupos multinacionais. O n.º 4 do art.º 121-A do código do IRC determina que qualquer entidade com estabelecimento estável em território português, que esteja integrada num grupo sujeito à apresentação do CbCR, esta será obrigada a preencher o Modelo 54 – designada por “Comunicação da Identificação da Entidade Declarante – Declaração Financeira e Fiscal por País”, aprovado em Diário da República na Portaria n.º 367/2017 em 11 de dezembro. Esta declaração fiscal é apenas informação prestada às administrações públicas, aplicando-se ao CbCR sugerido pela OCDE no seu plano de ação BEPS, apresentado anteriormente.

2.3 – Relatório de Pagamentos às Administrações Públicas

O relatório de pagamentos a administrações públicas, o RPAP, é um tipo de relatório criado com base na ideia do Country-by-Country Reporting. A grande razão deste conceito vem da ideia de que quanto mais informação as empresas forem obrigadas a divulgar, mais difícil será criarem estruturas de planeamento fiscal abusivo, que até hoje têm sido facilitadas pela falta de transparência existente, na ausência de legislação visando aumentar a transparência fiscal (Papalampos, 2017).

O RPAP é uma prática de divulgação bastante recente, pois os primeiros relatórios autónomos obrigatórios reportam-se ainda ao ano de 2016 (Chatzivgeri, 2017). Este tipo de relato foi inicialmente implementado nos EUA em novembro de 2015 através do Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Act, seguido pela EU através da diretiva 2013/34/EU, e também no Canadá em junho de 2015, através do ESTMA. Esta legislação

aplica-se às empresas do setor extrativo (petróleo, gás e outros minérios e floresta primária – esta última somente na UE) a relatarem todos os pagamentos que efetuam a administrações públicas dos países onde desenvolvem as suas atividades extrativas, por país e por projeto.

No ponto de vista económico, o RPAP proporciona à sociedade informação sobre os recebimentos das administrações públicas provenientes da atividade de exploração dos seus recursos naturais. Todavia, estes relatórios não abordam quanto é que na realidade as administrações públicas locais deveriam receber em conformidade com a sua legislação fiscal, ou seja, se o valor que recebem por estas explorações dos seus recursos se são justas.

Uma das exigências que existe em comum em todas as legislações criadas para este relato é que a informação dos pagamentos não seja evidenciada só por país, mas também por projeto. A finalidade desta exigência consiste em divulgar os valores que foram pagos relativos a cada projeto, de forma a referir o que foi feito em cada em prol das suas populações. Todavia, os críticos deste reporte questionam-se sobre o quanto esta informação pode ser útil na prática.

Alguns aspetos a ter na construção dos RPAP são, por exemplo, no que toca à fiabilidade da informação reportada, pois esta não passa pela obrigatoriedade de ser auditada nem harmonizada com os relatórios anuais (que são auditados). Outro problema será, para as empresas que estão sujeitas às variadas legislações que foram criadas pelos vários países, conseguir conciliar num relatório as várias regulamentações do BEPS Action 13, as regulamentações europeias do RPAP e a *framework* do EITI. Esta falta de coesão é um problema que pode prejudicar a confiabilidade e a comparabilidade da informação (Chatzivgeri, 2017). Além disso, a legislação pode não ter linguagem percetível e deixa margem para dúvidas e interpretações erradas da lei na construção do RPAP, particularmente em informações relativas a *join ventures* e divulgações *project-by-project*. A legislação pode não ter linguagem percetível e deixa margem para dúvidas e interpretações erradas da lei na construção do RPAP, particularmente em informações relativas a *join ventures* e divulgações *project-by-project*.

Reportando à data de 2016, a Ernst & Young (2016) partilhou a figura nº2 que mostra a preparação das empresas em relação ao aumento dos requisitos de reporte, devido aos reportes dos pagamentos às administrações públicas.

Até que ponto estará a sua empresa preparada para a crescente exigência de reporte dos pagamentos às administrações públicas?

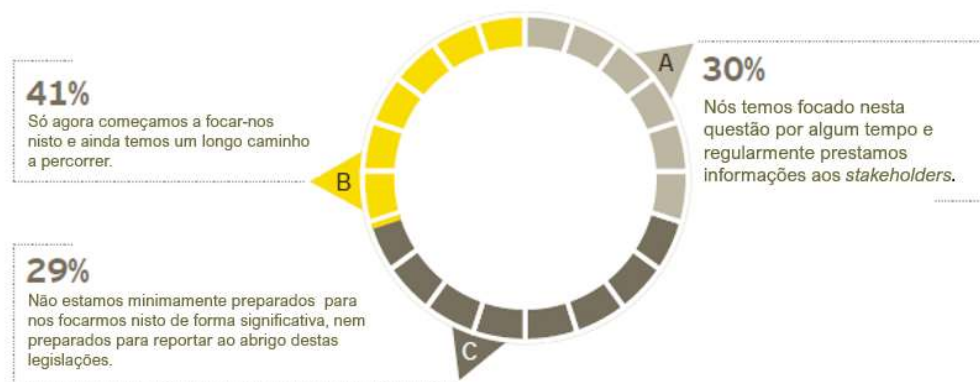


Figura 2 - Nível de preparação das entidades ao aumento da exigência global dos RPAP.

Fonte: Ernst & Young (2016)

Tem sido igualmente apontado um acréscimo de trabalho relativo às crescentes exigências em volta deste tema, envolvendo informação complexa e em grande volume, diferentes regulamentações, implicando mais exigência de tempo e custos em afetar recursos à preparação destes reportes, que acabam por ser muito similares apesar das suas diferenças (Chatzivgeri, 2017).

Um dos receios perante o RPAP é que as elevadas exigências relacionadas com este reporte leve a que este passe a ser um exercício de “picagem” dos pontos obrigatórios, em vez de um reporte com informação clara e útil para o público alvo. Como já foi referido, esta crescente obrigatoriedade de reporte implica aumento dos custos para as organizações que os tenham de construir, e até podem ser bastante significativos.

2.4 – Principais Iniciativas no Sentido de Regular o CbCR

2.4.1 - A EITI - Extractive Industries Transparency Initiative

A EITI é uma iniciativa de carácter voluntário que promove a implementação de medidas focadas em atingir um maior patamar de transparência nas informações financeiras das empresas do setor extrativo, através da publicação dos seus pagamentos efetuados às administrações públicas. Cumulativamente, as administrações públicas devem divulgar todos os seus recebimentos, como forma de combate à corrupção, à evasão e fraude fiscais.

O objetivo central deste movimento consiste em permitir que os cidadãos destes países, caracterizados pela forte atividade extrativa, tenham acesso a mais informação e melhores dados estatísticos, fomentando a diminuição da corrupção existente – objetivo que se pressupõe central no seio de um país democrático. Ao terem acesso a um leque de informações mais alargado, os cidadãos têm uma melhor perceção da realidade que os rodeia e das contribuições para os seus governos provenientes das riquezas naturais dos seus países, pelo que devem exigir a divulgação das contas, cujo dinheiro é conseguido através dessas empresas/atividades.

Iniciando a sua atividade em 2002, pelo primeiro ministro do Reino Unido Tony Blair (Corrigan, 2014), e com uma estrutura transnacional público-privada, a EITI associou-se aos países em desenvolvimento ricos em recursos naturais, associações de investidores e organizações civis que apoiam esta causa (Sovacool et al., 2016).

Em 2015, a EITI era composta por 31 países parceiros, verificando-se outros 49 países candidatos. No total, durante este ano, 49 países divulgaram pagamentos e recebimentos num valor médio de 1,67 triliões de dólares em mais de 200 reportes, bem como mais de 90 empresas defensores da EITI (Sovacool et al., 2016).

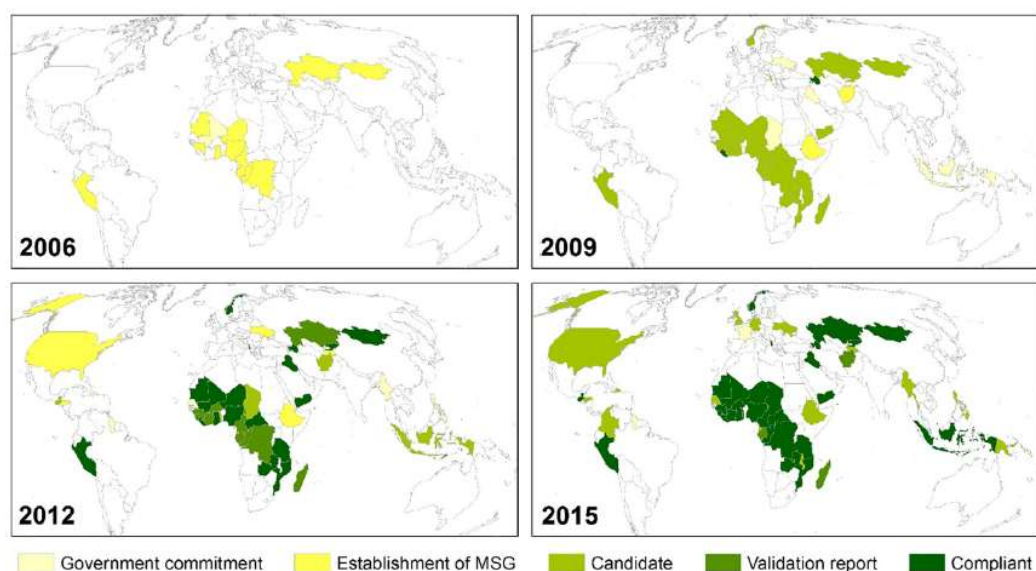


Figura 3 - O progresso do relacionamento dos membros com o EITI

Fonte: Lujala (2018)

A EITI desenvolveu um *framework* para a construção dos relatórios dos pagamentos às administrações públicas, com o intuito de promover a transparência, nomeadamente para as empresas do setor extrativo de petróleo, gás e minérios, de modo a ajudar a fortalecer os governos dos países mais desfavorecidos (Pitlik *et al.*, 2010). A criação deste *framework* homogêneo acarreta vantagens para os diversos agentes económicos, no sentido em que a informação apresentada é igual para todos, facilitando a sua compreensão. O impacto do aumento da qualidade da informação divulgada será mais acentuado nos países em desenvolvimento, visto que registam uma elevada taxa de corrupção, agravada pelo facto de as respetivas democracias poderem não fazer parte da OPEC (Pitlik *et al.*, 2010).

A EITI assenta num pressuposto em que todos podem ter acesso à informação de uma forma gratuita, total e independente, com avaliações atualizadas acerca das interações das empresas do setor extrativo com os governos mensurando o seu impacto nas sociedades (Sovacool *et al.*, 2016). Por esta via, num relatório da EITI, as empresas publicam a totalidade dos movimentos de saída com destino aos governos dos países de exploração, e estes últimos publicam todos os recebimentos provenientes dessas mesmas empresas. O processo de

validação deve assegurar que os governos estão a trabalhar em prol de práticas mais fiáveis e transparentes.

Apesar de os objetivos e ideias da EITI serem altamente positivas, subsistem algumas limitações a esta iniciativa. Os relatórios de pagamentos às administrações públicas e das administrações públicas em relação aos seus recebimentos são maioritariamente de natureza voluntária. Ora, essa particularidade intrínseca aos relatórios, não existindo qualquer obrigatoriedade, resulta num cenário de falta de persuasão que conduza ao cumprimento dos objetivos propostos, ou seja, a publicação de toda a informação relevante. Esta falha tem como consequência a ineficácia dos relatórios, dado que os agentes económicos podem continuar num estado de ignorância da realidade dos fluxos existentes entre as empresas e os governos (Ölcer, 2009).

Alguns estudos demonstraram que, mesmo dentro dos países que se associaram à EITI, não foi possível assinalar uma melhoria nas suas métricas; isto é, nem o facto de estarem incluídos na EITI conduziu a diferença substancial face aos países que não a integraram. Esta realidade pode ser explicada por diferentes fatores, desde logo a acima referida natureza voluntária dos relatórios. Para além disso, estes resultados podem derivar de alguma resistência por parte dos *stakeholders* chave, a limitação temporal do mandato da EITI e a ausência de agentes com forte influência institucional dentro da sociedade civil dos países que a acolhem (Sovacool *et al.*, 2016).

Existem variados fatores internos e externos que influenciam a adesão a esta iniciativa. Como exemplos de fatores externos temos a obrigatoriedade de construir os RPAP que as legislações aplicáveis nos países onde estão estabelecidos obrigam, ou países que têm maior tendência ao conflito social e são coagidos a aderir à EITI. Os fatores internos que podem ser apontados como razões para uma adesão mais rápida é o grande nível de dependência do setor extrativo. O nível de desenvolvimento de um país pode desempenhar um papel importante na determinação da adesão, pois os países mais desenvolvidos têm mais condições financeiras para aplicar as reformas exigidas pela EITI, mas ainda assim para os países como Noruega, EUA e Alemanha é menos dispendioso e mais fácil (Lujala, 2018).

2.4.2 – Legislações Criadas no Contexto da Transparência da Informação no Setor da Indústria Extrativa

2.4.2.1- Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act

Em agosto de 2012, o SEC (U. S. Securities and Exchange Commission) publicou o seu primeiro regulamento, através da Secção 1504 do Dodd-Frank Act, que consiste na obrigatoriedade das empresas que detinham ações na bolsa de valores dos EUA das indústrias extrativas (petróleo, gás e minérios) a divulgar anualmente os montantes pagos a administrações públicas por tipo, projeto e por governo, para os anos fiscais a partir de setembro de 2013.

No entanto, em outubro de 2012, a Câmara de Comércio dos EUA, a Associação Independente de Petróleo da América e o Conselho Nacional do Comércio Externo solicitaram em tribunal a ordem para anular este regulamento argumentando que a Secção 1504 do Dodd-Frank Act “é nulo, e sem força ou efeito”. O SEC não teve em consideração os potenciais efeitos concorrenciais deste regulamento, que poderia conduzir à perda de negócios para empresas dos EUA, na medida em que desenvolvem a sua atividade extrativa em países onde a corrupção está enraizada, pelo que a transparência deste tipo de dados não é desejável pelos governos locais (Ernst & Young, 2016).

O tribunal distrital levou em consideração essas queixas apresentadas relativas aos efeitos concorrenciais e sugeriu algumas alterações ao SEC, alterações estas que entraram em vigor em dezembro de 2015. A partir dessa data, apenas as empresas com um volume de pagamentos destinados aos governos em montante superior a 100.000 mil dólares são obrigadas a reportar esses mesmos valores por país e por projeto, individualmente ou de forma consolidada.

Estes relatórios tinham de ser disponibilizados em formato digital, 150 dias após o fecho do ano fiscal, sem estarem sujeitos a auditorias independentes. Os primeiros relatórios iriam ser publicados a partir de maio de 2018, referentes ao período fiscal de 2017, dado que a legislação só foi efetivamente aprovada em 2016. No entanto, após a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA em fevereiro de 2017, esta regulamentação foi revogada, não existindo atualmente nenhum regulamento que obrigue as empresas americanas a divulgar os pagamentos às administrações públicas (Kleizen, 2018).

2.4.2.2 – Diretiva Europeia 2013/34/EU

Relativamente à União Europeia, esta implementou uma primeira diretiva para aumentar a transparência da informação contabilística e financeira no setor extrativo (2004/09/EC *Transparency Directive*). Salienta-se a tentativa de, não só clarificar os impactos sociais e económicos destas atividades nos países ricos em recursos extrativos, mas também há interesse em que os cidadãos tenham conhecimento de quanto foi recebido diretamente pelos órgãos centrais e locais (valores de taxas, fees, pagamentos de licenças e royalties) decorrente destas explorações, reduzindo a probabilidade de existir corrupção e outras atividades ilícitas, aumentar a transparência nos mercados de capitais, assegurar aos investidores proteção quanto à informação deficitária presente nos mercados em desenvolvimento e, por fim, tentar assegurar que os cidadãos destes países têm o benefício adequado da extração dos seus recursos naturais.

Em 2013, a União Europeia pretendeu reforçar esta política e, por isso, implementou a diretiva 2013/34/EU que obriga as empresas do setor da indústria extrativa ou na exploração da floresta primária, como estão definidas no art.º 41º n.º 1 e 2 da diretiva, a reportarem nos relatórios financeiros anuais, relatório de contas consolidadas e outros relatórios relacionados (por exemplo os relatórios de sustentabilidade) os pagamentos efetuados às entidades governamentais, seguindo rigorosamente o que se encontra regulamentado no capítulo 10 da diretiva europeia.

Segundo esse capítulo 10 da diretiva, a informação deve ser preparada numa base anual, devendo ser publicada num prazo até 6 meses após o término do ano fiscal de cada empresa, permanecendo disponível para consulta num período mínimo de 10 anos. De referir que estes pagamentos devem ser reportados ao nível consolidado.

Segundo o n.º 1 do art.º 42º do capítulo 10 da diretiva europeia 2013/34/EU, as empresas abrangidas por esta diretiva são “as grandes empresas e todas as entidades de interesse público ativas na indústria extrativa ou na exploração da floresta primária”, sendo que no n.º 2 do art.º 42 esta obrigação “não é aplicável a uma empresa regida pelo direito de um Estado-Membro que seja uma filial ou uma empresa mãe”. Para que a obrigação do relato dos pagamentos às administrações públicas não seja aplicável a estas empresas, será necessário que cumpra as seguintes condições previstas na alínea a) e b) do n.º 2 do art.º 42

da diretiva: “a empresa mãe rege-se pelo direito de um estado-membro” e se “os pagamentos a administrações públicas efetuados pela empresa mãe são incluídos no relatório consolidado sobre os pagamentos a administrações públicas elaborado pela empresa mãe nos termos do artigo 44º”.

Para ser considerada uma “grande empresa”, conforme está no art.º 3º do capítulo 1 da diretiva europeia 2013/34/EU, esta terá de apresentar ultrapassar pelo menos 2 dos 3 seguintes limites: total do balanço de 20 milhões de euros; resultado líquido de 40 milhões de euros e um número de colaboradores no final do ano fiscal de 250. Caso os pagamentos às administrações públicas sejam inferiores a 100 mil euros no decurso de um período fiscal, quer sejam vários pagamentos ao longo do período ou apenas pagamento único, as empresas não são obrigadas a ter em conta no relatório estes fluxos.

Na legislação portuguesa, esta diretiva é transposta pelo Decreto de Lei nº 98/2015, de 2 de junho. O art.º 245-B do Código dos Valores Mobiliários também faz referência ao relatório sobre os pagamentos efetuados a administrações públicas.

2.4.2.3 – ESTMA – Extractive Sector Transparency Measures Act

Após a adoção das normas da EITI pelos Estados Unidos da América, Reino Unido e França, o Canadá começou a analisar uma forma de desenvolver um tipo de relatório idêntico para as próprias empresas do setor extrativo. Em 2014, o governo federal do Canadá estabeleceu que o ESTMA iria fazer parte do plano económico governamental. O propósito basilar do ESTMA visa satisfazer os compromissos internacionais na luta contra a corrupção, através da implementação de medidas promotoras do aumento da transparência, e a imposição da divulgação dos pagamentos às administrações públicas.

No dia 1 de junho de 2015, o ESTMA foi implementado, sendo as empresas extrativas canadianas obrigadas a reportar os pagamentos às administrações públicas, sejam taxas, royalties, fees e licenças de produção num valor superior a 100.000 dólares a todos os níveis governamentais do Canadá. Os relatórios devem estar prontos até um prazo máximo de 150 dias após o fecho do ano fiscal e ser acessíveis pelo público em geral (Ernst & Young, 2016). As empresas que submetam relatórios na EU, logo elaborados conforme a diretiva europeia, podem ser utilizados como substitutos ao relatório exigido pelo ESTMA desde que completem com as informações exigidas pelo governo Canadiano. Após uma análise de

alguns relatórios com o formato exigido pelo ESTMA disponíveis no próprio site do governo do Canadá³, verifica-se que a informação é apresentada por país, por organismo governamental, por tipo de pagamento efetuado e por projeto.

2.4.2.4 – Transparência na Austrália

Quanto ao caso australiano, até à data, nenhuma legislação foi criada e implementada com o intuito de obrigar as entidades a publicar um relatório de pagamentos às administrações públicas, apesar das inúmeras tentativas de concretizar algo semelhante ao realizado na EU e no Canadá.

Em outubro de 2014, o líder do movimento Austrália Verde apresentou ao Senador o projeto “*Publish-What-You-Pay Bill 2014*”⁴, no Senado da Austrália. Caso este projeto tivesse sido aprovado no Senado e na Casa dos Representativos, este iria alterar o *Corporations Act 2001* e criando a obrigação da publicação dos relatórios de pagamentos às administrações públicas por parte das empresas do setor extrativo. No entanto, apesar do projeto ter sido apresentado ao Senado demonstrativo da intenção de aplicar tais medidas, não decorreram em momentos posteriores mais debates acerca deste assunto. Deste modo, enquanto o projeto não for aprovado pelo Senado e pela Casa dos Representativos, não será possível registar avanços nesta temática (Ernst & Young, 2016).

³ Os relatórios consultados foram através do link: <http://www.nrcan.gc.ca/mining-materials/estma/18198>.

⁴ *Publish-What-You-Pay* é uma coligação global de organizações que está presente em mais de 40 países e o seu objetivo é promover a transparência do setor extrativo para que este setor seja mais aberto e responsável de forma a melhorar a vida da população dos países ricos em recursos naturais e que a extração seja realizada de maneira responsável, que beneficie os países e cidadãos.

A inexistência de uma legislação semelhante aos casos europeus e norte-americanos acima referidos específicos para o relatório dos pagamentos às administrações públicas, tal não significa necessariamente que não existe controlo neste tema. De facto, na Austrália existe uma legislação (*Australian Taxation Office*) que obriga as empresas, com um volume de negócios superior a 100 milhões de dólares, a reportar todos os seus rendimentos tributáveis, todos os impostos a pagar e a disponibilizar informações sobre a taxa de exploração de minérios e de petróleo. Esta legislação entrou em vigor em 1 de julho de 2013, sendo exigido relatórios anuais.

3- Metodologia de Investigação

A metodologia adotada nesta investigação consiste na análise qualitativa dos conteúdos dos relatórios dos pagamentos às administrações públicas criados pelas empresas do setor extrativo, e a amostra escolhida como caso de estudo foram as empresas que colaboram com a EITI.

A empresas objeto de estudo foram 59, divididas por 4 continentes. A figura 4 tem o detalhe, por região geográfica, da quantidade de relatórios analisados. O detalhe das empresas analisadas neste estudo encontram-se no Apêndice 1.

Área Geográfica	Nº	Área Geográfica	Nº
África	5	Europa	19
África do Sul	4	Alemanha	2
Quênia	1	França	2
América	22	Holanda	1
Brasil	1	Itália	1
Canadá	9	Luxemburgo	3
Chile	2	Noruega	2
México	1	Reino Unido	6
Suriname	1	Suíça	2
USA	8	Oceania	7
Ásia	6	Austrália	6
China	1	Papua Nova Guiné	1
Japão	4		
Rússia	1	Total RPAP	

Figura 4 - Detalhe dos RPAP por área geográfica.

Relativamente aos RPAP, foram analisados os seguintes aspetos:

- ⇒ Se a empresa é considerada uma grande empresa, segundo os limites estabelecidos pela legislação;
- ⇒ Se a empresa apresenta um relatório de sustentabilidade, se implementa a *framework* do GRI e se segue os SDG (Sustainable Development Goals);
- ⇒ Se apresenta o RPAP, e nos casos aplicáveis, se tem o relatório ESTMA disponível no seu website;
- ⇒ Se cada RPAP tem uma mensagem do *CFO, CEO ou do Chairman*;
- ⇒ Se toda a informação está resumida num quadro, com todos os pagamentos por tipo de pagamento, por país e por projeto;
- ⇒ Se tem uma divisão que descreve, por país, o que foi pago, e se essa descrição vai mais além do que apenas os pagamentos às administrações públicas, como por exemplo os investimentos feitos nas comunidades;
- ⇒ Se tem algum tratamento da informação, como por exemplo a utilização de gráficos;
- ⇒ Se o reporte é isolado ou está integrado no relatório de sustentabilidade, relatório integrado, relatório anual e website;
- ⇒ O número de páginas do RPAP;
- ⇒ O ano de reporte da informação apresentada no RPAP;
- ⇒ A contagem do número de cliques que são necessários para aceder ao RPAP.

Para obter estas informações, foram consultados os websites das 59 empresas que colaboram com a EITI. Cada website foi percorrido para se perceber em que separador se encontrava o RPAP, e se a informação contida nos RPAP acerca dos pagamentos às administrações públicas eram reportados também no próprio website, ou se ainda assim, caso não publiquem nenhuma informação quer em formato de reporte, quer no website, verificou-se ainda se tinham alguma referência à sua parceria com a EITI.

A informação financeira também foi consultada, no sentido de perceber onde é que os pagamentos às administrações públicas eram apresentados, identificar se a empresa cumpre os requisitos de “Grande Empresa” e, nos casos aplicáveis, consultar quantas subsidiárias detêm.

Os relatórios de sustentabilidade, ou os “*Corporate Responsibility Report*” foram consultados para averiguar se têm os RPAP neles incorporados, para analisar se cumprem o *framework* do GRI, e se têm como objetivos os SDG.

4 – Resultados da Análise Empírica

4.1- Quantidade de empresas que constroem os RPAP

Em primeiro lugar será importante salientar que em 59 empresas que colaboram com o EITI, só 49% é que constroem o RPAP, o que em número absoluto dá um total de 39 empresas. Nestes números estão consideradas as 10 empresas que já têm o relatório conforme a legislação ESTMA, um relatório de carácter obrigatório para as empresas sediadas no Canadá e que relatam os pagamentos feitos aos governos, divididos por país e por projeto.

As empresas que têm este tipo de relatório encontram-se na tabela 1.

Empresas com RPAP ESTMA
Centerra Gold
Chevron Corporation
ConocoPhillips
Dundee Precious Metals
ExxonMobil
Goldcorp
Hudbay
Kinross Gold Corporation
Lundin Petroleum AB
Sherritt International Corporation

Tabela 1 - Lista das empresas que têm Relatório com base nas regras ESTMA disponibilizados nos seus websites

Ainda no tema da quantidade das empresas que constroem o RPAP, conclui-se que dentro das 39 empresas que apresentam os pagamentos às administrações públicas, 9 delas incorporam a mesma informação no seu relatório de sustentabilidade, apesar de 3 já terem a mesma informação no seu RPAP isolado. Estas empresas são a Polyus, a Rio Tinto e a Tullow Oil Plc.

As empresas BHP Billiton, Eni, Glencore e Oil Search, para além de terem um RPAP isolado, apresentam a mesma informação no seu website. Denota-se aqui uma preocupação

em que a informação esteja acessível e perceptível a qualquer utilizador que a pretenda consultar.

4.2 – Análise por país e por indústria

Com base nos dados recolhidos, foi feita uma primeira análise que consiste em perceber quais as empresas que apresentam e não apresentam os relatórios de pagamentos às administrações públicas, e dividir essa informação por área geográfica.

Com base nas tabelas 2 e 3 podemos tirar algumas conclusões:

Nº de Empresas que têm RPAP (por país)	Automóveis	Mineira	Petrolífera
África do Sul		2	
Alemanha	1		
Austrália			1
Brasil		1	
Chile		2	
China		1	
EUA		2	2
França		1	
Holanda		1	
Japão		2	2
México			1
Suíça			1
Suriname			1

Tabela 2 - Demonstração de quantas empresas constroem RPAP, dividido por país e setor de atividade

Nº de Empresas que não têm RPAP (por país)	Minéria	Petrolífera
África do Sul	1	1
Alemanha		1
Austrália	4	1
Canadá	9	
EUA	1	3
França		1
Holanda		2
Itália		1
Luxemburgo	1	
Noruega	1	1
Nova Guiné		1
Quênia	1	
Reino Unido	3	3
Rússia	1	
Suíça	1	

Tabela 3 - Demonstração de quantas empresas não constroem RPAP, dividido por país e setor de atividade

Uma empresa que colabora com a EITI, apesar de não fazer parte do grupo de empresas do setor extrativo e não construir um RPAP, juntou-se a esta organização. A empresa é de origem alemã, a Volkswagen, com atividade no setor automóvel que desde 2010 colabora com a EITI. A Volkswagen desde há muito tempo se preocupou com causas ambientais, mesmo antes do escândalo de emissões poluentes dos automóveis a diesel que surgiu em 2015 com a denúncia da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, provavelmente porque os produtos que fabrica e comercializa consomem combustíveis fósseis, sendo este um dos fatores que mais contribui para o aquecimento global. Apesar de não se enquadrar no setor da indústria extrativa, a Volkswagen decidiu juntar-se à EITI, apesar de, como referido, não construir um RPAP.

Os países que têm mais empresas com RPAP elaborados são o Canadá e o Reino Unido. Estes 2 países estão abrangidos por normas que obrigam à elaboração do RPAP. No caso do Canadá, as empresas têm de elaborar o relatório ESTMA. No caso do Reino Unido, as empresas estão abrangidas pela diretiva europeia 2013/34/EU.

	Nº Empresas	Percentagem
Não são obrigadas e não publicam um RPAP	19	32%
São obrigadas, mas não publicam um RPAP	2	3%
São Obrigadas e publicam um RPAP	23	39%
Não são obrigadas, mas publicam na mesma um RPAP	15	25%

Tabela 4 - Relação entre a obrigação e a apresentação de RPAP dos países

Através da Tabela 4 verificamos que existem 12 empresas que, apesar de não serem abrangidas por nenhuma legislação que obrigue à publicação dos RPAP, mesmo assim publicam essa informação. Destas 12 empresas, 5 são da Austrália, o que se pode concluir que, como já são obrigadas a relatar parte da informação que é exigida nos RPAP por força da legislação tributária aplicada na Austrália, aproveitam para construir os reportes para entrar em conformidade com os outros países que operam e também pela sua parceria com a EITI. Como já têm que relatar, não serão imputados custos excessivos ou demasiada perda de tempo, e assim associam-se a uma boa causa.

A maioria destas 12 empresas opera nos países com legislação que obriga à construção do RPAP, à exceção de: Base Titanium, que opera no Kenya; Newcrest Mining Limited, que opera na Austrália, Indonésia e Papua Nova Guiné; Oil Search Limited, que opera no Alasca e na Papua Nova Guiné; e a Polyus, que opera na Rússia. O caso da Base Titanium é compreensível, pois apesar de estar sediada no Quênia, é uma subsidiária de uma empresa

do Reino Unido, país na EU que é abrangido pela diretiva europeia. No caso das restantes, são empresas que não têm dos melhores resultados financeiros em relação a todas as outras empresas do setor extrativo. Pode especular-se que talvez seja uma forma de passar uma imagem positiva perante os investidores.

Das 12 empresas, 11 são cotadas em bolsa. Apenas a BHP Billinton não é. Esta empresa, mesmo não sendo cotada e não ser obrigada a publicar um RPAP, é detida por uma empresa do Reino Unido. Logo, pode ser por essa razão que publique este relatório, ou então por estar associada ao “Desastre de Mariana”, ocorrido no Brasil.

O Apêndice 7 apresenta uma tabela com o detalhe das empresas que têm o RPAP mas que não são obrigadas a ter, com o detalhe das regiões onde operam e o seu número de subsidiárias.

Temos 2 casos de empresas que são abrangidas pela diretiva europeia na obrigação da apresentação dos pagamentos às administrações públicas, mas não têm disponível qualquer RPAP para consulta. No caso da AMG, francesa, inclui uma nota no seu website a esclarecer que futuramente irá envolver-se com o EITI; já a Eramet, que pertence à Holanda, faz uma pequena referência da sua colaboração com a EITI no seu relatório de sustentabilidade, mas não divulga mais informações.

Analisando o caso do Japão, nenhuma das empresas deste país produz um RPAP. As empresas japonesas parceiras da EITI são a Inpex Corporation, JX Nippon Mining & Metals, Mitsubishi Materials Corporation e Sumitomo Metal Mining Co. Ltd. Apesar de não construírem RPAP, pois não são obrigadas porque não existe nenhuma legislação japonesa que obrigue a publicação deste relato, são empresas que se preocupam com o seu impacto ambiental e social, pois constroem os seus relatórios de sustentabilidade conforme a *framework* do GRI e têm definidos os seus SDG.

Temos o caso do Chile e do Suriname, países onde existe grande exploração de recursos por empresas de outras nacionalidades, mas cujas empresas aí sediadas não divulgam as informações relativas dos pagamentos às administrações públicas.

Ao contrário do Chile, na Papua Nova Guiné e o Quênia, países em desenvolvimento e não obrigados a divulgar os pagamentos às administrações públicas, as empresas Oil Search e Base Titanium constroem o seu RPAP, sendo o da Oil Search um dos RPAP com melhor qualidade, comparativamente aos dos restantes parceiros da EITI.

Um caso diferente é a Codelco, que tem participação na Anglo American. A Anglo American é uma empresa sediada no Reino Unido, e está obrigada a publicar RPAP. Pela geografia das suas operações e participações, estas empresas deveriam publicar os pagamentos a essas administrações públicas.

4.3 – Apresentação da Informação

Entrando agora no detalhe de como a informação dos pagamentos às administrações públicas é apresentada, verificamos que a maioria dos RPAP apresentam em forma de tabela, dividindo a informação por mês e por projeto. Para além de tabelas, algumas empresas usam gráficos, de forma a facilitar a leitura para o utilizador da informação.

As empresas que apresentam a informação em gráficos são a Anglo American, BHP Bilinton, Eni, Glencore, MMG, Rio Tinto e Teck Resources Limited. As figuras 8 e 9 são 2 exemplos de gráficos publicados nos RPAP.

Os gráficos tanto podem representar os valores pagos em cada país como podem ser mapas a indicar em cada país o montante pago a cada governo.

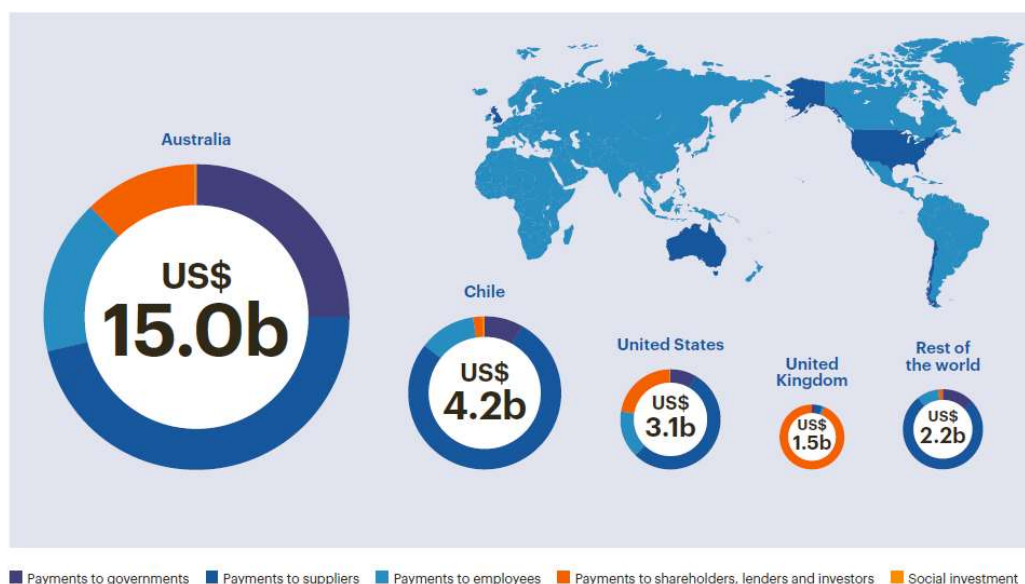


Figura 5 - Gráfico que representa todos os pagamentos efetuados pela BHP Billinton

Fonte: BHP Economic Contribution Report, 2017

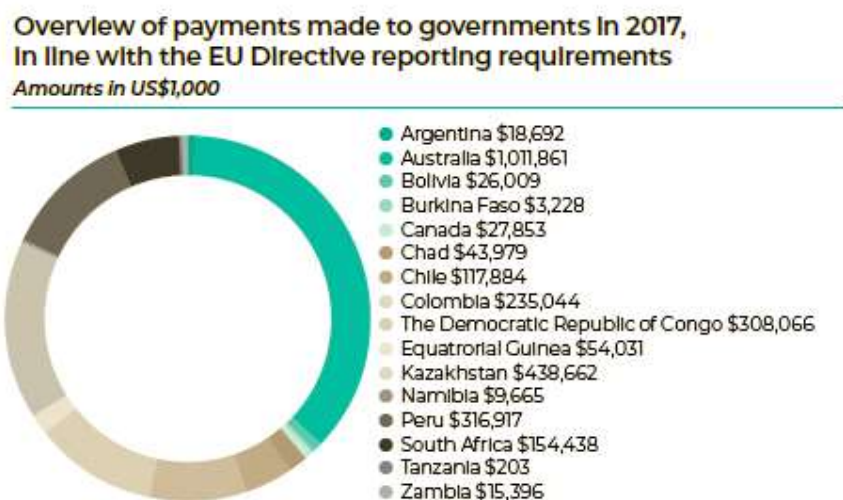


Figura 6 - Gráfico representativo dos pagamentos feitos aos governos pela Glencore.

Fonte: Glencore - Payments to Governments Report 2017

A informação apresentada em forma de gráfico facilita a leitura e análise da informação, que na maioria dos RPAP é apresentada em tabela. Em forma de gráfico, vê-se com maior facilidade onde há maior investimento por parte das empresas, e que países recebem mais fundos provenientes dos impostos e outros tipos de remunerações.

A quantidade da informação prestada pode analisar-se através do número de páginas utilizadas em cada reporte, poderá indicar a importância de relatar não só apenas os números dos pagamentos efetuados, mas também dividir a informação por vários grupos e apresentar a sua contribuição socioeconómica nas comunidades em que estão a explorar e a investir, descrevendo as bases de preparação da informação. Perante mais informação prestada, deduz-se uma maior intenção de ser o mais transparente e claro possível.

Dimensão do Relatório	Nº de Empresas	Percentagem
Menos de 4 Páginas	11	28%
Entre 4 e 10 Páginas	4	10%
Entre 10 e 20 Páginas	15	38%
Mais de 20 Páginas	9	23%

Tabela 5 - Divisão das empresas por dimensão dos RPAP

Analisando a dimensão do RPAP com base no número de páginas, conforme apresentado na tabela 2, verificamos que as organizações com RPAP mais detalhados, com mais de 10 páginas são a Anglo American, Arcelor Mittal, Barrick Gold Corporation, BHP Billinton, BP, Eni, Glencore, Oil Search, Rio Tinto, Royal Dutch Shell, South 32, Statoil ASA, Teck Resources Limited e a Total. Estas apresentam mais de 10 páginas de reporte e deduz-se uma maior importância no relato da informação, e têm informação mais detalhada, logo maior qualidade da informação. Estes relatórios quase todos têm a informação descritiva do que foi investido e feito pelas comunidades onde estão a explorar os recursos mineiros, nomeadamente a empregabilidade gerada, investimentos em infraestruturas de carácter social, a quantidade de impostos pagos a cada país por cada projeto, e no caso da Glencore e da Rio Tinto fazem referência a atividades em paraísos fiscais (pelo que não há informação disponibilizada). A BHP Billinton apresenta um quadro com as atividades intra-grupo.

Algumas empresas fazem uma abordagem à importância transparência da informação e à legislação pelo qual se regem na construção do RPAP.

Não só o que foi feito pela comunidade, também têm a informação das bases de preparação da informação e algumas contêm uma mensagem do CFO, ou CEO, ou do Chariman.

Os RPAP que têm entre 4 a 10 páginas têm informação acerca dos pagamentos efetuados, descrevem a base para a preparação apresentada e eventualmente comentários adicionais à informação. Estas empresas são a AngloGold Ashanti, MMG, RWE AG e Tullow Oil Plc. No caso da AngloGold Ashanti, este relatório está integrado no relatório de sustentabilidade.

11 empresas têm até 3 páginas de extensão. Estes RPAP normalmente não são isolados, mas estão integrados nos relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais ou relatórios de responsabilidade social; ou então, sendo relatórios isolados, apenas têm uma tabela com os pagamentos efetuados por país e por projeto. Acontece com a maioria dos países que se regem pelas regras do ESTMA. Os RPAP mais pequenos são os da Base Titanium, Cairn Energy, Freeport-McMoran, Hudbay, Kosmos Energy, Lonmin, Newcrest Mining Limited, Norsk Hydro ASA, Polyus, Trafigura Group Pte e Woodside.

Ainda em relação ao número de páginas, podemos aqui relacionar a quantidade da informação relatada com a construção do RS. Dos 38 RPAP, foram excluídos 9 dos 10 que apenas reproduzem a *framework* do ESTMA.

Dos 29 restantes, retiraram-se os RPAP integrados já no próprio relatório de sustentabilidade. Os restantes 17 são de empresas que têm relatórios de sustentabilidade e RPAP publicados de forma isolada. A Arcelor Mittal é a única empresa que não tem relatório de sustentabilidade, mas constrói um RPAP isolado com 12 páginas que apenas contém uma pequena introdução, as bases de preparação e a informação dos pagamentos às administrações públicas por país e por projeto, subdividida em várias tabelas.

Apenas 5 empresas têm RPAP têm menos de 5 páginas, tendo os restantes 12 RPAP mais de 10 páginas. Com base nesta relação entre a quantidade de páginas do RPAP e a construção de RS, conclui-se que as organizações, ao construírem os RS também melhoram o seu RPAP com informação mais completa e detalhada, abordando os vários tópicos incluindo principalmente os assuntos da responsabilidade social e a transparência da informação.

Deduz-se assim que as organizações, ao despendarem tempo e recursos para construir um RS, também fazem um RPAP mais completo, visto ser vantajoso para a própria empresa.

O índice com a informação geral das empresas pode ser consultado no Apêndice 4.

4.4 – Acessibilidade da Informação

De forma a conseguir aceder à informação divulgadas pelas organizações nos seus websites, são necessários em média 3 cliques. A partir do momento em que uma empresa constrói um RPAP, faz questão que essa informação seja acessível e consultada pelos futuros investidores ou pelos seus *stakeholders*.

Nº de cliques	Percentagem de empresas no total	Nº de empresas
2	7%	4
3	29%	17
4	10%	6
5	2%	1
6	2%	1
-	51%	30

Tabela 6 - Relação entre quantidade de cliques necessários para aceder à informação e o número de empresas.

Conforme apresentado na tabela 6, verifica-se que apenas nos websites de 3 empresas são necessários 2 ou menos cliques. Essas empresas são a Glencore, Kosmos Energy, Lonmin e MMG.

A Arcelor Mittal, BP Plc, Freeport-McMoran Copper & Gold, Polyus, RWE AG, South32, Total e a Tullow Oil Plc têm a informação entre 4 a 6 cliques de distância. Destas empresas, 4 delas são das que têm o relatório mais completo, pois têm relatórios com mais de 10 páginas. A Arcelor Mittal, BP Plc, South32 e a Total têm relatórios com 12, 26, 17 e

14 páginas, respetivamente. Cerca de 29% das empresas têm a informação acessível com apenas 3 cliques.

No entanto, serem necessários poucos cliques para aceder à informação não é sinónimo de informação de qualidade. No caso das empresas Lonmin e MMG, os seus relatórios são pequenos, sem muitos detalhes, e são só necessários 2 cliques necessários para aceder ao RPAP nos websites; inversamente, também existem RPAP muito detalhados que não estão tão acessíveis nos websites das empresas.

A questão de os relatórios não estarem tão acessíveis pode explicar-se simplesmente por uma questão de organização do website, pois a maioria destes relatórios estão em áreas como “Media”, ou “Reports and Publications”, ou estão mesmo nos separadores “Investors”, e nas páginas iniciais dos websites têm imagens com referência à sustentabilidade e têm separadores “Sustainability” ou “Sustainable Development” com a informação detalhada acerca da sustentabilidade e responsabilidade social que praticam na organização. No caso da Polyus, têm no separador “Sustainable Development” uma subsecção “Payments to Governments”, que é onde está disponível o seu RPAP.

4.5 - Mensagens dos CEO/Chairman/CFO/ CSO:

Alguns dos RPAP’s analisados contêm mensagens do CFO, CEO, do Chairman e do CSO. Da análise conclui-se que:

- ⇒ Apenas 2 têm uma mensagem do CEO;
- ⇒ Apenas 2 têm uma mensagem do Chairman;
- ⇒ Apenas 1 tem uma mensagem do CSO;
- ⇒ 4 empresas têm uma mensagem do CFO.

Ao fazer uma leitura destas mensagens dos elementos de gestão destas 9 empresas, verifica-se que as empresas Oil Search Limited, BHP Billiton, Rio Tinto, Anglo American e Teck Resources Limited dão especial ênfase à importância da transparência da informação e da importância do contributo para as comunidades dos países onde estas empresas fazem a sua exploração mineira.

A Oil Search Limited refere especificamente a importância do RPAP na Papua Nova Guiné, país onde está sediada. Já a Glencore, sediada na Suíça, faz referência a uma nova regulamentação na República Democrática do Congo que gerou alguma discussão sobre a real contribuição da indústria mineira nesse país. Denota-se aqui alguma preocupação em demonstrar que a informação que prestam é o mais clara possível, apesar das políticas do Congo não facilitarem nesse sentido.

Todas as mensagens fazem referência aos montantes totais pagos aos governos e ao contributo que fazem nas comunidades, e a Barrick Gold Corporation faz especial ênfase ao desenvolvimento tecnológico em que tem investido no estado de Nevada.

Ao comparar todos os reportes, a Tullow Oil tem uma mensagem do seu CFO mais extensa (com 3 páginas), aborda tal como todas as outras empresas a importância da transparência da informação e os montantes totais pagos às administrações públicas, e também faz referência à sua colaboração com a EITI, que mais nenhuma contempla. No entanto, este reporte da Tullow é referente a 2013. O seu RPAP de 2017 não tem qualquer mensagem do CFO, sendo um reporte simples, apenas com a informação dos montantes que foram pagos aos governos.

Apesar de haver mensagens de 4 tipos de cargos, têm todas as mensagens informações muito semelhantes, não se diferenciando muito umas das outras. Apenas a BHP Billinton tem mensagem do CEO e CFO, sendo a do CEO uma mensagem simples com a missão e os valores da empresa e em que situações são bem-sucedidos. As mensagens em si não acrescentam mais informação em relação aos outros relatórios que não contêm estas mensagens, apenas demonstrando a preocupação com a responsabilidade social e com a transparência da informação.

4.6 – Pagamentos por Projeto

Das empresas que constroem o RPAP, 18 delas apresentam os seus pagamentos por projeto. Segundo as conclusões das entrevistas realizadas por Chatzivgeri (2017), os pagamentos por projeto são importantes na medida que representam o quanto é que a atividade exploratória contribuiu para cada comunidade.

A associar a esta informação, denotou-se que muitos relatórios para complementar a informação dos RPAP, fazem também uma descrição detalhada com o que contribuíram para cada comunidade, país ou região para onde têm a sua atividade, nomeadamente com ajudas monetárias, aumento da taxa de empregabilidade, construções que melhoraram a vida social daquelas populações, entre outras contribuições.

O Apêndice 5 tem um índice dos pagamentos por projeto onde se relaciona os países que relatam os pagamentos por projeto e que também (ou não) fazem esta descrição mais detalhadas das suas ações de responsabilidade social. Das 18 empresas que relatam os pagamentos por projeto, 7 também têm a descrição pormenorizada da sua atividade social nestas comunidades. As empresas são a Arcelor Mittal, Barrick Gold Corporation, BP Plc, Eni, Rio Tinto, RWE AG e a Teck Resources Limited.

4.7 – RPAP construídos com base no ESTMA

Como já foi apresentado neste estudo, existem diferentes legislações pelos vários continentes, e que todas são referentes ao mesmo relatório. Nesta investigação, identificou-se que 10 empresas constroem o seu RPAP conforme o ESTMA.

	Nº RPAP's	Percentagem
Não têm RPAP ESTMA	49	83%
Têm RPAP ESTMA	9	15%
Têm RPAP ESTMA e Outro	1	2%

Tabela 7 - Tabela com detalhe do número de empresas com RPAP ESTMA

A estrutura destes RPAP são todos muito semelhantes, quer na informação apresentada, quer no design do próprio documento. Nestes relatórios, a informação está dividida por país, organismo público que recebe estes pagamentos, tipo de pagamento e também tem a divisão por país/projeto.

Destas 10 empresas, apenas a Hudbay relata de duas formas diferentes os pagamentos que efetua aos governos: uma é o relatório isolado conforme a regulamentação do ESTMA, e outra no seu relatório de sustentabilidade.

A Chevron Corporation, a Conoco Philips e a Exxon Mobil são empresas sediadas nos EUA, que também optaram por este layout do ESTMA, apesar de não terem legislação que as obrigue a reportar os pagamentos às administrações públicas. A razão plausível para estas empresas terem construído um RPAP, apesar de nos EUA não existir legislação que obrigue à construção deste tipo de reporte, é terem explorações no Canadá. Esta informação pode ser consultada no Apêndice 7, com o detalhe das regiões onde operam as empresas que não são obrigadas a construir o RPAP.

O índice com a informação geral das empresas pode ser consultado no Apêndice 6.

4.8 – Melhores Práticas de RPAP

Efetuando uma espécie de consolidação das análises apresentadas anteriormente, foi possível identificar quais as empresas que apresentam as melhores práticas em termos de RPAP.

Em destaque estão os RPAP das empresas Barrick Gold Corporation, Glencore, Rio Tinto e Teck Resources Limited. Estas empresas destacam-se pelo facto de terem relatórios mais acessíveis de serem consultados, mais completos na informação que apresentam e no caso da Glencore esta empresa não está abrangida por nenhuma legislação que obrigue à construção de um RPAP.

Analisando os casos da Rio Tinto e da Glencore, estas duas empresas já foram indiciadas por práticas de corrupção. No caso da Rio Tinto, esta foi acusada pelo governo chinês de crimes de aceitação de subornos e roubo de segredos comerciais. Já a Glencore, apesar de não existir notícias de julgamentos, foi investigada também por práticas de corrupção relacionadas com as suas atividades na Nigéria, Venezuela e República Democrática do Congo.

De seguida temos as empresas BHP Billinton, a Eni e a Oil Search. O que distingue estas empresas das anteriores são que estas apresentam o RPAP de forma isolada, mas não tem a informação incorporada noutro relatório, como por exemplo o RS ou no relatório integrado.

Depois temos as empresas Anglo American, BP Plc, Royal Dutch Shell Plc, South32 e Statoil ASA. À exceção da South32, todas as outras estão obrigadas a publicar o RPAP. No entanto, são empresas que dão especial importância à sustentabilidade ambiental e social. O caso da BP Plc, para além do passado associado à primeira guerra mundial, em 2010 sofreu um desastre numa das suas plataformas petrolíferas “*Deepwater Horizon*”, situada no Golfo do México.

A tendência que se verifica nas empresas que têm RPAP com menor destaque, na generalidade não estão associadas a alguma história de corrupção ou algum desastre ambiental, como por exemplo a Centerra Gold, Conoco Philips, Dundee Precious Metals, Goldcorp, Kinross Gold Corporation, Lundin Petroleum e Sherrit International.

No apêndice 8 pode ser consultado o histórico das empresas BP Plc, Chevron Corporation e ExxonMobil.

Com base nisto, poderá concluir-se que as empresas com RPAP e RS mais completos e acessíveis, com grande destaque à sustentabilidade e responsabilidade social, fazem-no de forma a mitigar a imagem denegrida por todos estes desastres e histórias negativas sobre si.

As empresas que merecem destaque devido à qualidade do seu RPAP são as seguintes:

- ⇒ **Anglo American:** Sediada no Reino Unido, possui um RS e um RPAP. Está abrangida pela diretiva europeia 2013/34/EU, tem uma mensagem do CFO, as bases de preparação da informação e discrimina com detalhe a sua contribuição sócio económica nos países onde opera. A informação dos pagamentos às administrações públicas encontra-se discriminada por país e por projeto.
- ⇒ **Barrick Gold Corporation:** Sediada no Canadá, está sujeita às normas implementadas pelo ESTMA. Possui um RS e um RPAP isolado. Tem no seu RPAP a informação dos pagamentos às administrações públicas dividida por país, projeto e entidade pública. Há uma preocupação com a transparência da informação e na responsabilidade social. No RPAP desta empresa há um gráfico com a cadeia de valor, que demonstra o que a Barrick contribui

a vários níveis (emprego, serviços que adquirem na região, o que investem, e outras informações).

- ⇒ **BHP Billinton:** Empresa mineira com sede na Austrália, tem no seu website disponível o RS e o RPAP. À semelhança com as anteriores empresas destacadas, tem a informação dos pagamentos às administrações públicas dividida por países, entidades governamentais e projeto, e tem também um texto com a demonstração do que têm feito pelas comunidades. Têm uma mensagem do CFO assim como um quadro com a discriminação das atividades intra-grupo. O RPAP é dos mais extensos, com 28 páginas, e têm alguns gráficos que ilustram por exemplo a área geográfica dos pagamentos que efetuam e o valor total que pagam em cada região assinalada. Outro gráfico que não se encontra noutro relatório é a cadeia de valor, que demonstra o que a empresa contribui a vários níveis como o emprego criado, serviços que adquirem na comunidade, investimentos realizados, entre outros. Denota-se assim uma grande preocupação com a transparência da informação e a responsabilidade social.
- ⇒ **Eni:** Petrolífera italiana, tem disponível a informação não só no RPAP como também no seu website. À semelhança das outras empresas, apresenta a informação por países, entidade governamental e projeto. O RPAP da Eni é dos mais extensos de todos os que foram aqui analisados, apenas superado pelo da Anglo American.
- ⇒ **Oil Search:** Empresa sediada no Papua Nova Guiné, publica RS e RPAP, apesar de não ser obrigada por nenhuma legislação. O seu RPAP tem uma mensagem do Chairman e ao longo do seu relatório tem divisão dos pagamentos por países, mas não só apenas em gráficos, tendo também um texto que descreve a sua contribuição sócia económica nos países onde tem atividade.
- ⇒ **Rio Tinto:** Empresa do Reino Unido que merece grande destaque pelo detalhe da informação que apresenta. Para além das informações obrigatórias a serem publicadas no relatório, este também tem uma parte que explica a sua atividade em países que são paraísos fiscais e que efetuam pagamentos nesses locais, apesar de não discriminarem os valores reais desses pagamentos. No seu RPAP há uma mensagem do CFO e ao longo do seu relatório

tem uma divisão dos pagamentos por países, não apenas em gráficos, mas também com um texto que descreve a sua contribuição sócia económica nos países onde tem atividade.

⇒ **Glencore:** Empresa suíça, a Glencore tem RPAP e RS. No seu RPAP tem uma mensagem do CFO e faz referência à diretiva europeia e descreve as bases de informação utilizadas para a construção do RPAP. Tal como a Rio Tinto, a Glencore demonstra a sua intenção de transparência da informação ao demonstrar que fazem pagamentos a paraísos fiscais. No seu RPAP tem uma mensagem do CFO e ao longo do seu relatório apresenta a divisão dos pagamentos por países, por governo e por projeto.

A análise integral a estes RPAP encontra-se no Apêndice 6.

5 –Discussões e Observações Conclusivas

O RPAP é um método considerado fundamental para combater a corrupção, a evasão e a fraude fiscal que se tem verificado nos países em desenvolvimento. Até aos dias de hoje, principalmente nas multinacionais do setor extrativo, observa-se o aproveitamento da inexistência de publicação da informação para poderem implementar medidas de planeamento fiscal abusivo, de modo a pagarem menos impostos nos países em que exploram os recursos naturais. Estas medidas prejudicam gravemente as economias destes países, prejudicam a confiança dos cidadãos perante as empresas e contribuem para que as comunidades sejam mais frágeis, necessitadas e subdesenvolvidas.

Uma forma de combater a corrupção, a fraude, a evasão fiscal e o desfasamento entre as expectativas dos cidadãos quanto aos comportamentos das empresas e as práticas efetivas destas é aumentar a transparência no que diz respeito aos pagamentos feitos às administrações públicas.

Tal como mencionado na literatura, o RPAP é algo recente, ainda não muito desenvolvido e nem todas as empresas o constroem, bem como nem todos os governos disponibilizam tais informações. Apesar disso, todo o esforço desenvolvido pela EITI tem de ser enaltecido, visto que se trata de uma iniciativa voluntária público-privada que visa ajudar as organizações governamentais e as empresas que querem participar nesta causa. Esta organização tem vindo a crescer, aumentando o número de parceiros ao longo dos anos: em 2015 tinha apenas 31 países parceiros e em 2018 conta já com a parceria de 52 países. Além disso, foi na sequência desta iniciativa que foram criadas várias legislações, tais como a Diretiva Europeia 2013/34/EU e as regras implementadas pelo ESTMA, no Canadá.

Algumas críticas foram apontadas a este tipo de relato, como a falta de auditoria das informações apresentadas, levando a que a fiabilidade da informação seja questionável. Outra crítica refere-se à dificuldade que algumas empresas podem ter em conseguir consolidar num só relatório as várias exigências das legislações dos vários países onde têm a sua atividade exploratória. Por fim, as informações que os RPAP contêm não permitem assegurar, em primeiro lugar, que os valores entregues a cada entidade governamental foram os corretos; e

em segundo lugar, não garantem a irradicação das medidas de planeamento fiscal implementadas nas empresas.

Estas lacunas associadas aos RPAP podem ser as principais razões pelas quais inúmeras empresas não constroem nem publicam estes relatórios, não sendo possível ignorar os elevados custos e tempo despendidos na sua elaboração. Cumulativamente, a falta de coesão entre as várias legislações existentes pelos diversos países, representa mais um problema para as empresas, visto que conduz a mais custos e tempo despendido, para além de afetar a qualidade da análise aos relatórios, dada a incapacidade de comparar a informação presente nos mesmos.

Neste estudo concluiu-se que das 59 empresas que fazem parte da amostra, apenas 39 publicam um RPAP. As empresas que se destacam pela qualidade do seu RPAP são a Anglo American, a Barrick Gold Corporation, a BHP Billinton, a Eni, a Oil Search, a Rio Tinto e a Glencore. Estas empresas destacaram-se pela acessibilidade da informação, pelo facto de disponibilizarem a informação dos pagamentos efetuados às administrações públicas no RPAP, e também no website ou no RS. Ou seja, facilmente reconhece-se uma preocupação por partes destas empresas em tornar a informação acessível e perceptível a qualquer utilizador que a pretenda consultar. No caso das empresas que já elaboram o RS, conclui-se que as organizações maximizam a utilização do tempo e dos recursos humanos disponíveis para construir um RPAP mais completo, visto ser vantajoso para elas, dado que transmite para o exterior uma perceção de transparência. As empresas acima indicadas destacam-se igualmente pela precisão da informação publicada e pelo destaque das suas bases de preparação da informação apresentada. Destacam-se igualmente pela quantidade da informação publicada, não se limitando a relatar os pagamentos que efetuam, isto é, apresentam uma descrição mais detalhada por projeto e pelos diversos países onde exploram recursos, demonstrando o seu impacto nos números divulgados.

Quanto à tempestividade dos relatórios estudados, a maior parte são referentes a 2017 (último ano que pode ser reportado até hoje), tendo alguns ainda informação relativa a 2016. Visto que a data limite para publicar o RPAP é 150 dias do ano seguinte ao período fiscal a reportar, estes de 2016 podem apenas estar atrasados na publicação. Em conclusão, os relatórios são recentes e com informação atualizada, um aspeto significativo para determinar a qualidade de um RPAP.

Quanto à clareza, a própria informação dos pagamentos às administrações públicas está apresentada por país e por projeto, e em alguns RPAP por administração pública. A própria natureza do reporte não permite que haja muita margem para dúvidas na informação apresentada, mesmo nos relatórios construídos com base no ESTMA, sendo estes relatórios simples sem qualquer informação acrescentada para além do que é obrigatório no Canadá.

Como vimos anteriormente, a confiabilidade destes relatórios é discutível: os RPAP's não têm a obrigatoriedade de serem auditados, como por exemplo os relatórios financeiros e os relatórios de sustentabilidade. No caso das empresas que têm os RPAP integrados nos seus relatórios anuais e nos relatórios de sustentabilidade, o facto de todas estas empresas serem auditadas por empresas externas, contribui para o aumento da credibilidade da informação.

Tal como foi referenciado anteriormente, há empresas que, apesar de não recair sobre si uma obrigatoriedade legal, constroem igualmente o RPAP, bem como existem empresas dentro do grupo de empresas abrangidas por essas mesmas leis que divulgam informações e dados para além do exigido. Os motivos que despoletam tal comportamento podem ter diferentes origens internas ou externas à empresa. Algumas empresas já foram associadas a desastres ambientais, como por exemplo os casos da BHP Billinton, e outras associadas a casos de corrupção, como é o caso da Rio Tinto e da Glencore, pelo que pretendem corrigir a sua imagem externa, dado que o seu historial pode não ser o mais favorável à captação de investimento nem um indicador de transparência. Outra razão que poderá levar as empresas a construírem RPAP completos e com mais informação pode ser simplesmente exigência interna, pois a própria administração (sobretudo em empresas multinacionais) pretende reunir informações mais diversificadas, elaborando relatórios mais detalhados.

No caso particular da BHP Billinton, mesmo não estando obrigada a publicar um RPAP, apresenta um dos melhores RPAP analisados nesta amostra dos parceiros do EITI. O foco na transparência é patente na informação que publica, bem como revela uma forte preocupação pela sustentabilidade no seu RS, podendo ser consequência do desastre a que esta empresa foi associada, designado como “Desastre de Mariana”, pelo que pretende corrigir a sua imagem.

Analisando a generalidade dos casos que elaboram o RPAP, são quase todas cotadas em bolsa, à exceção da BHP Billinton. De facto, no que diz respeito às empresas cotadas em bolsa, é conveniente que se mantenham a par das boas práticas associadas a uma imagem

de responsabilidade social. Dado que, a corrupção e a falta de transparência estão intimamente relacionadas, quanto mais transparente uma organização demonstrar for, menor será o risco para os *stakeholders*, logo o investimento será maior promovendo o seu crescimento nos diversos mercados.

Concluindo, podemos afirmar que as empresas apresentam estes relatórios devido às preocupações inerentes à responsabilidade social e ambiental, sendo extremamente valorizada hoje em dia pelos inúmeros agentes económicos presentes na sociedade. Com isto, as empresas que publicam estes RPAP são vistas como atores responsáveis na execução da sua atividade, transparentes e com menor risco associado para futuros investidores, para não se associarem a casos de corrupção. Ou seja, trata-se de uma questão de imagem, no seio de um setor marcada pela significativa pegada ambiental e onde os casos de corrupção são numerosos. Para os países afetados, normalmente economias mais frágeis e desequilibradas na distribuição da riqueza, seria importante mitigar esses casos de corrupção e fraude, ou seja, que os comportamentos das empresas tenham impactos reais e não somente “operações de charme”.

Este trabalho também permite concluir que o caminho a percorrer pelos RPAP ainda é longo, porque apesar de já se registar alguns países em desenvolvimento a publicarem os pagamentos efetuados às administrações públicas, o número deveria ser alargado (idealmente a todos). Tal situação impede o aumento da transparência nas suas economias, o que seria um passo importante para recuperar a confiança dos investidores e a credibilidade dos seus cidadãos. De 59 empresas, podemos concluir que apenas 7 têm RPAP realmente de qualidade, sendo bons exemplos para as restantes empresas do setor extrativo e não só.

Uma das soluções para aumentar o grau de eficácia e de alcance dos RPAP passa pela implementação de legislações semelhantes num maior número de países, e ser obrigatória uma auditoria a esses mesmo relatórios, possibilitando o seu cruzamento com a informação financeira publicada nos relatórios anuais. Neste momento, o facto de o relatório não ser auditado, possuindo uma natureza voluntária, influencia largamente (e negativamente) o grau de fiabilidade de todo o tipo de informação contida no mesmo.

As limitações associadas a este estudo foram essencialmente a falta de informação disponível nos websites das empresas, nomeadamente a inexistência de RPAP em alguns casos, e a dificuldade de aceder à informação relevante, como os dados financeiros e geográficos. Paralelamente, nem todas as empresas que têm RPAP com base no ESTMA

tinham disponível para consulta direta no website as informações relevantes, ou seja, foi necessário recorrer ao próprio site do ESTMA.

Para futuras pesquisas, poderá ser interessante alargar este estudo a outro leque de empresas, ou outros setores de atividade, visto que este apenas se foca nas que colaboram com a EITI, ou então, centrar este estudo num país ou grupo de países, de modo a apurar em concreto as suas características. Por fim, este tema é recente, não existindo muita literatura até à data, abrindo uma grande janela de oportunidades para analisar e debater as múltiplas particularidades associadas aos pagamentos efetuados às administrações públicas por partes das empresas extrativas de recursos naturais.

Referências Bibliográficas

- Aid, C. (2008), “Death and Taxes: the true roll of tax dodging.: Christian Aid”, Tax Justice Network, https://www.taxjustice.net/wpcontent/uploads/2013/04/Christian_Aid_0805_Death_and_Taxes_-_TJN_summary.pdf, acedido em 24 de agosto 2018.
- Avi-Yonah, R. S. (2011), “Taxation as a Regulation: Carbon Tax, Health Care Tax, Bank Tax and Other Regulatory Taxes”, *Accounting, Economics and Law*, pp. 10-020.
- Bebbington, J. & Larrinaga, C. (2014), “Accounting and sustainable development: An exploration”, *Accounting, Organizations and Society*, N° 39, pp. 395-413.
- Branco, M. C. (2014), “Comportamento Fiscal e Responsabilidade das Empresas”, In: FRAUDE, O.-O. D. E. E. G. D. (ed.). Edições Húmus.
- Chatzivgeri, E., Chew, L., Crawford, L., Gordon, M. e Haslam, J. (2017), “Reports on Payments to governments:a critical review of early developments and experiences”, Robert Gordon University.
- Corrigan, C. C. (2014), “Breaking the resource curse: Transparency in the natural resource sector and the extractive industries transparency initiative”, *Resources Policy*, N°40, pp. 17-30.
- Ernst & Young (2013), “Tax Transparency: Seizing the Initiative”, EYGM Limited.
- Ernst & Young (2016), “Disclosing Payments to Governments - Mining and Metals in a Era of Transparency”, EYGM Limited.
- Halter, M. V., De Arruda, M. C. C. e Halter, R. B. (2009), “Transparency to Reduce Corruption?: Dropping Hints for Private Organizations in Brazil”, *Journal of Business Ethics*, N° 84, pp. 373-385.
- Jenkins, R. e Newell, P. (2013), “Tax and Development. Third World Quarterly”, N° 34, pp. 378-396.
- Joseph, C., Gunawan, J., Sawani, Y., Rahmat, M., Avelind Noyem, J. e Darus, F. (2016), “A comparative study of anti-corruption practice disclosure among Malaysian and Indonesian

Corporate Social Responsibility (CSR) best practice companies”, *Journal of Cleaner Production*, N° 112, pp. 2896-2906.

Kaufmann, D. & Bellver, A. (2005), “Transparenting Transparency: Initial Empirics and Policy Applications”, The World Bank.

Kleizen, B. (2018), “Victims of their own success abroad? Why the withdrawal of US transparency rules is hindered by diffusion to the EU and Canada”, *Journal of European Public Policy*, pp. 1-22.

Kolstad, I. e Wiig, A. (2009), “Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries? World Development”, N° 37, pp. 521-532.

KPMG (2013), “A New Era in International Tax. Tax morality, transparency, base erosion and profit”, KPMG International.

Lanis, R. e Richardson, G. (2012), “Corporate social responsibility and tax aggressiveness: An empirical analysis”, *Journal of Accounting and Public Policy*, N° 31, pp. 86-108.

Longhorn , M., Rahim, M., M. e Sadiq, K. (2016), “Country-by-Country reporting: An assessment of its objective and scope”, *ejournal of Tax Research*, N° 14 (1), pp. 4-33.

Lueg, R. e Radlach, R. (2016), “Managing sustainable development with management control systems: A literature review”, *European Management Journal*, N° 34, pp. 158-171.

Lujala, P. (2018), “An analysis of the Extractive Industry Transparency Initiative implementation process”, *World Development*, N° 107, pp. 358-381.

Maas, K., Schaltegger S. e Crutzen, N. (2016), “Integrating corporate sustainability assessment, management accounting, control, and reporting”, *Journal of Cleaner Production*, N° 136, Part A, pp. 237-248.






Mol, A. P. J. (2010), “The Future of Transparency: Power, Pitfalls and Promises”, *Global Environmental Politics*, N° 10, pp. 132-143.

Murphy, R. (2003), “A Proposed International Accounting Standard Reporting Turnover and Tax by Location”, <http://visar.csustan.edu/aaba/ProposedAccstd.pdf>, acessado em 24 de agosto 2018.

- Murphy, R. (2016), “Country-by-Country Reporting”, T. Pogge & K. Mertha (Eds.). Global Tax Fairness: Oxford University Press.
- Ölcer, D. (2009), “Extracting the Maximum from the EITI”, OECD Development Centre Working Papers, N° 276, OECD Publishing, Paris.
- Papalampos, C. (2017), “Tax transparency: Is Country-by-Country Reporting going public?”, Master, Tilburg University.
- Pitlik, H., Frank, B. e Firchow, M. (2010), “The demand for transparency: An empirical note”, *The Review of International Organizations*, N° 5, pp. 177-195.
- Sikka, P. (2018), “Combating corporate tax avoidance by requiring large companies to file their tax returns”, *Journal of Capital Markets Studies*, N° 2, pp. 9-20.
- Sovacool, B. K., Walter, G., Van De Graaf, T. e Andrews, N. (2016), “Energy Governance, Transnational Rules, and the Resource Curse: Exploring the Effectiveness of the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)”, *World Development*, N° 83, pp. 179-192.
- Williams, A. (2011), “Shining a Light on the Resource Curse: An Empirical Analysis of the Relationship Between Natural Resources, Transparency, and Economic Growth”, *World Development*, N° 39, pp. 490-505.
- Wójcik, D. (2015), “Accounting for globalization: evaluating the potential effectiveness of country-by-country reporting”, *Environment and Planning C: Government and Policy*, N° 33, pp. 1173-1189.

Apêndices

Apêndice 1 - Tabela representativa da amostra de empresas que foram analisadas neste estudo

África	
África do Sul	
African Rainbow Minerals (ARM) Ltd	
AngloGold Ashanti	
Gold Fields	
Kosmos Energy	
Quênia	
Base Titanium	

Ásia	
China	
Orano Mining	
Japão	
Inpex Corporation	
JX Nippon Mining & Metals	
Mitsubishi Materials Corporation	
Sumitomo Metal Mining Co., Ltd.	
Russia	
Polyus	

Europa	
Alemanha	
RWE AG	
Volkswagen Aktiengesellschaft	
França	
ERAMET	
Total	
Itália	
Eni	
Luxemburgo	
ArcelorMittal	
Holanda	
AMG Advanced Metallurgical Group N.V.	
Royal Dutch Shell plc	
Trafigura Group Pte. Ltd.	
Noruega	
Norsk Hydro ASA	
Statoil ASA	
Reino Unido	
Anglo American	
BP plc	
Cairn Energy PLC	
Lonmin	
Rio Tinto	
Tullow Oil Plc	
Suíça	
Glencore	
Philia S.A.	

América

Brasil

Vale SA



Canadá

Barrick Gold Corporation

Centerra Gold

Dundee Precious Metals

Goldcorp

Hudbay

Kinross Gold Corporation

Lundin Petroleum AB

Sherritt International Corporation

Teck Resources Limited



Chile

Antofagasta Minerals

Corporación Nacional del Cobre de Chile - Codelco



México

PEMEX



Suriname

Staatsolie Maatschappij Suriname N.V.



USA

Chevron Corporation

ConocoPhillips

ExxonMobil

Freeport-McMoran Copper & Gold

Hess Corporation

Newmont Mining Corporation

Noble Energy

Southern Copper Corporation



Oceania

Australia

BHP Billiton



Austrália

FAR Limited



MMG



Newcrest Mining Limited



South32



Woodside



Papua New Guinea

Oil Search Limited



Apêndice 2 - Análise às empresas que estão ao abrigo de legislação na divulgação do RPAP

Nº	Empresa	Abrangidas pela legislação em publicar os pagamentos	Publica um RPG?	Cotação
1	African Rainbow Minerals (ARM) Ltd	Não	Não	0
2	AMG Advanced Metallurgical Group N.V.	Sim	Não	0
3	Anglo American	Sim	Sim	1
4	AngloGold Ashanti	Não	Sim	2
5	Antofagasta Minerals	Não	Não	0
6	ArcelorMittal	Sim	Sim	1
7	Barrick Gold Corporation	Sim	Sim	1
8	Base Titanium	Não	Sim	2
9	BHP Billiton	Não	Sim	2
10	BP plc	Sim	Sim	1
11	Cairn Energy PLC	Sim	Sim	1
12	Centerra Gold	Sim	Sim	1
13	Chevron Corporation	Não	Sim	1
14	ConocoPhillips	Não	Sim	1
15	Corporación Nacional del Cobre de Chile - Codelco	Não	Não	0
16	Dundee Precious Metals	Sim	Sim	1
17	Eni	Sim	Sim	1
18	ERAMET	Sim	Não	0
19	ExxonMobil	Não	Sim	1
20	FAR Limited	Não	Não	0
21	Freeport-McMoran Copper & Gold	Não	Sim	2
22	Glencore	Não	Sim	2
23	Goldcorp	Sim	Sim	1
24	Gold Fields	Não	Não	0
25	Hess Corporation	Não	Não	0
26	Hudbay	Sim	Sim	1
27	Inpex Corporation	Não	Não	0
28	JX Nippon Mining & Metals	Não	Não	0
29	Kinross Gold Corporation	Sim	Sim	1
30	Kosmos Energy	Não	Sim	2
31	Lonmin	Sim	Sim	1
32	Lundin Petroleum AB	Sim	Sim	1
33	Mitsubishi Materials Corporation	Não	Não	0
34	MMG	Não	Sim	2
35	Newcrest Mining Limited	Não	Sim	2
36	Newmont Mining Corporation	Não	Não	0
37	Noble Energy	Não	Não	0
38	Norsk Hydro ASA	Sim	Sim	1
39	Oil Search Limited	Não	Sim	2
40	Orano Mining	Não	Não	0
41	PEMEX	Não	Não	0
42	Philia S.A.	Não	Não	0
43	Polyus	Não	Sim	2
44	Rio Tinto	Sim	Sim	1
45	Royal Dutch Shell plc	Sim	Sim	1
46	RWE AG	Sim	Sim	1
47	Sherritt International Corporation	Sim	Sim	1
48	South32	Não	Sim	2
49	Southern Copper Corporation	Não	Não	0
50	Staatsolie Maatschappij Suriname N.V.	Não	Não	0
51	Statoil ASA	Sim	Sim	1
52	Sumitomo Metal Mining Co., Ltd.	Não	Não	0
53	Teck Resources Limited	Sim	Sim	1
54	Total	Sim	Sim	1
55	Trafigura Group Pte. Ltd.	Sim	Sim	1
56	Tullow Oil Plc	Sim	Sim	1
57	Vale SA	Não	Não	0
58	Volkswagen Aktiengesellschaft	Não	Não	0
59	Woodside	Não	Sim	2

Apêndice 3 - Relação entre a Construção de RS e RPAP

Nº	Empresa	País	Relatório de Sustentabilidade?	Relatórios de Pagamentos aos Governos?	Nº Páginas	Reporte isolado?	Cotação
1	African Rainbow Minerals (ARM) Ltd	África do Sul	Sim	Não	-	-	0
2	AMG Advanced Metallurgical Group N.V.	Holanda	Não	Não	-	-	0
3	Anglo American	Reino Unido	Sim	Sim	33	Sim	3
4	AngloGold Ashanti	África do Sul	Sim	Sim	4	Não	2
5	Antofagasta Minerals	Chile	Sim	Não	-	-	0
6	ArcelorMittal	Luxemburgo	Não	Sim	12	Sim	1
7	Barrick Gold Corporation	Canadá	Sim	Sim	39	Sim	3
8	Base Titanium	Quênia	Não	Sim	1	Não	1
9	BHP Billiton	Austrália	Sim	Sim	28	Sim	3
10	BP plc	Reino Unido	Sim	Sim	26	Sim	3
11	Cairn Energy PLC	Reino Unido	Não	Sim	1	Não	1
12	Centerra Gold	Canadá	Sim	Sim	-	-	1
13	Chevron Corporation	EUA	Não	Sim	-	-	1
14	ConocoPhillips	EUA	Sim	Sim	-	-	1
15	Corporación Nacional del Cobre de Chile -	Chile	Sim	Não	-	-	0
16	Dundee Precious Metals	Canadá	Sim	Sim	-	-	1
17	Eni	Itália	Sim	Sim	30	Sim	3
18	ERAMET	França	Sim	Não	-	-	0
19	ExxonMobil	EUA	Não	Sim	-	-	1
20	FAR Limited	Austrália	Não	Não	-	-	0
21	Freeport-McMoran Copper & Gold	EUA	Sim	Sim	1	Não	1
22	Glencore	Suíça	Sim	Sim	24	Sim	3
23	Goldcorp	Canadá	Sim	Sim	-	-	1
24	Gold Fields	África do Sul	Sim	Não	-	-	0
25	Hess Corporation	EUA	Sim	Não	-	-	0
26	Hudbay	Canadá	Sim	Sim	2	Não	1
27	Inpex Corporation	Japão	Sim	Não	-	-	0
28	JX Nippon Mining & Metals	Japão	Sim	Não	-	-	0
29	Kinross Gold Corporation	Canadá	Não	Sim	-	-	1
30	Kosmos Energy	África do Sul	Sim	Sim	1	Não	1
31	Lonmin	Reino Unido	Sim	Sim	3	Sim	2
32	Lundin Petroleum AB	Canadá	Sim	Sim	-	-	1
33	Mitsubishi Materials Corporation	Japão	Sim	Não	-	-	0
34	MMG	Austrália	Sim	Sim	4	Sim	2
35	Newcrest Mining Limited	Austrália	Sim	Sim	1	Não	1
36	Newmont Mining Corporation	EUA	Sim	Não	-	-	0
37	Noble Energy	EUA	Sim	Não	-	-	0
38	Norsk Hydro ASA	Noruega	Sim	Sim	1	Não	1
39	Oil Search Limited	Nova Guiné	Sim	Sim	20	Sim	3
40	Orano Mining	China	Sim	Não	-	-	0
41	PEMEX	México	Sim	Não	-	-	0
42	Philia S.A.	Suíça	Não	Não	-	-	0
43	Polyus	Rússia	Sim	Sim	3	Sim	2
44	Rio Tinto	Reino Unido	Sim	Sim	29	Sim	3
45	Royal Dutch Shell plc	Holanda	Sim	Sim	38	Sim	3
46	RWE AG	Alemanha	Sim	Sim	7	Sim	2
47	Sherritt International Corporation	Canadá	Sim	Sim	-	-	1
48	South32	Austrália	Sim	Sim	17	Sim	3
49	Southern Copper Corporation	EUA	Não	Não	-	-	0
50	Staatsolie Maatschappij Suriname N.V.	Suriname	Não	Não	-	-	0
51	Statoil ASA	Noruega	Sim	Sim	16	Sim	3
52	Sumitomo Metal Mining Co., Ltd.	Japão	Sim	Não	-	-	0
53	Teck Resources Limited	Canadá	Sim	Sim	23	Sim	3
54	Total	França	Sim	Sim	14	Não	1
55	Trafigura Group Pte. Ltd.	Holanda	Não	Sim	2	Não	1
56	Tullow Oil Plc	Reino Unido	Sim	Sim	6	Sim	2
57	Vale SA	Brasil	Sim	Não	-	-	0
58	Volkswagen Aktiengesellschaft	Alemanha	Sim	Não	-	-	0
59	Woodside	Austrália	Sim	Sim	1	Não	1

Apêndice 4 - Classificação em Relação ao Número de Páginas de cada RPAP

Nº	Empresa	Nº Cliques	Cotação
3	Anglo American	3	2
4	AngloGold Ashanti	3	2
6	ArcelorMittal	4	1
7	Barrick Gold Corporation	3	2
8	Base Titanium	3	2
9	BHP Billiton	3	2
10	BP plc	4	1
11	Cairn Energy PLC	3	2
17	Eni	3	2
21	Freeport-McMoran Copper & Gold	4	1
22	Glencore	2	3
26	Hudbay	3	2
30	Kosmos Energy	2	3
31	Lonmin	2	3
34	MMG	2	3
35	Newcrest Mining Limited	3	2
38	Norsk Hydro ASA	3	2
39	Oil Search Limited	3	2
43	Polyus	4	1
44	Rio Tinto	3	2
45	Royal Dutch Shell plc	3	2
46	RWE AG	4	1
48	South32	5	1
51	Statoil ASA	3	2
53	Teck Resources Limited	3	2
54	Total	4	1
55	Trafigura Group Pte. Ltd.	3	2
56	Tullow Oil Plc	6	1
59	Woodside	3	2

Apêndice 5 - Classificação dos RPAP em Relação à Divisão dos Pagamentos por Projeto e Descrição dos Investimentos Feitos Nessas Comunidades

Nº	Empresa	Discrimina Pagamentos por projeto?	Divisão (descritiva) por país?	Cotação
3	Anglo American	Não	Sim	1
4	AngloGold Ashanti	Não	Sim	1
6	ArcelorMittal	Sim	Sim	2
7	Barrick Gold Corporation	Sim	Sim	2
8	Base Titanium	Não	Não	0
9	BHP Billiton	Sim	Não	1
10	BP plc	Sim	Sim	2
11	Cairn Energy PLC	Não	Não	0
17	Eni	Sim	Sim	2
21	Freeport-McMoran Copper & Gold	Não	Não	0
22	Glencore	Sim	Não	1
26	Hudbay	Não	Não	0
30	Kosmos Energy	Sim	Não	1
31	Lonmin	Sim	Não	1
34	MMG	Não	Não	0
35	Newcrest Mining Limited	Não	Não	0
38	Norsk Hydro ASA	Sim	Não	1
39	Oil Search Limited	Não	Sim	1
43	Polyus	Sim	Não	1
44	Rio Tinto	Sim	Sim	2
45	Royal Dutch Shell plc	Sim	Não	1
46	RWE AG	Sim	Sim	2
48	South32	Sim	Não	1
51	Statoil ASA	Sim	Não	1
53	Teck Resources Limited	Sim	Sim	2
54	Total	Sim	Não	1
55	Trafigura Group Pte. Ltd.	Não	Não	0
56	Tullow Oil Plc	Sim	Não	1
59	Woodside	Não	Não	0

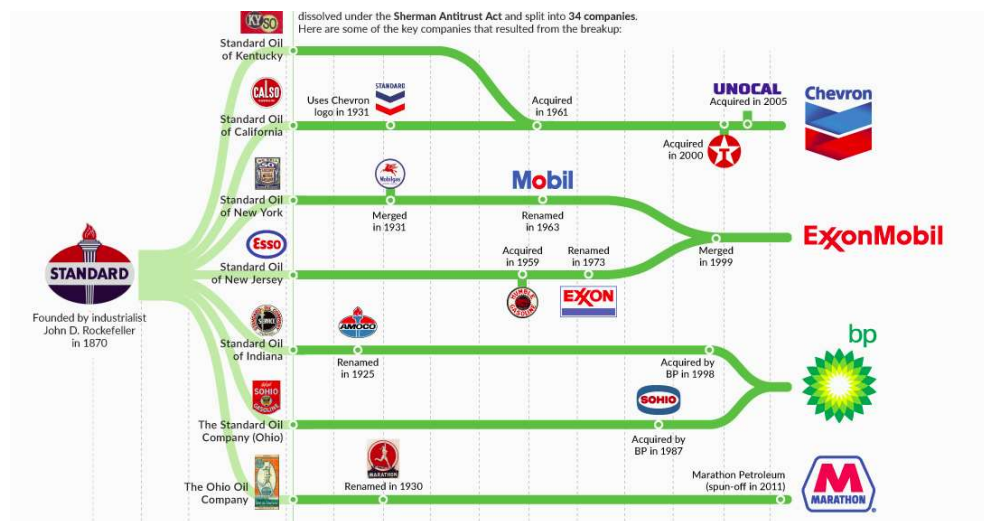
Apêndice 6 - Consolidação de todos os Índices

Nº	Empresa	Genérico	Acessibilidade	Quantidade de Informação	Obrigatoriedade	ESTMA	Pagamentos por projeto	RS/RPG
1	African Rainbow Minerals (ARM) Ltd	0	0	0	0	0	0	0
2	AMG Advanced Metallurgical Group N.V.	0	0	0	0	0	0	0
3	Anglo American	2	2	3	1	0	1	3
4	AngloGold Ashanti	1	2	2	2	0	1	2
5	Antofagasta Minerals	0	0	0	0	0	0	0
6	ArcelorMittal	2	1	3	1	0	2	1
7	Barrick Gold Corporation	2	2	3	1	1	2	3
8	Base Titanium	1	2	1	2	0	0	1
9	BHP Billiton	2	2	3	2	0	1	3
10	BP plc	2	1	3	1	0	2	3
11	Cairn Energy PLC	1	2	1	1	0	0	1
12	Centerra Gold	0	0	0	1	1	0	1
13	Chevron Corporation	0	0	0	1	1	0	1
14	ConocoPhillips	0	0	0	1	1	0	1
15	Corporación Nacional del Cobre de Chile	0	0	0	0	0	0	0
16	Dundee Precious Metals	0	0	0	1	1	0	1
17	Eni	2	2	3	1	0	2	3
18	ERAMET	0	0	0	0	0	0	0
19	ExxonMobil	0	0	0	1	1	0	1
20	FAR Limited	0	0	0	0	0	0	0
21	Freeport-McMoran Copper & Gold	1	1	1	2	0	0	1
22	Glencore	2	3	3	2	0	1	3
23	Goldcorp	0	0	0	1	1	0	1
24	Gold Fields	0	0	0	0	0	0	0
25	Hess Corporation	0	0	0	0	0	0	0
26	Hudbay	1	2	2	1	1	0	1
27	Inpex Corporation	0	0	0	0	0	0	0
28	JX Nippon Mining & Metals	0	0	0	0	0	0	0
29	Kinross Gold Corporation	0	0	0	1	1	0	1
30	Kosmos Energy	1	3	1	2	0	1	1
31	Lonmin	2	3	2	1	0	1	2
32	Lundin Petroleum AB	0	0	0	1	1	0	1
33	Mitsubishi Materials Corporation	0	0	0	0	0	0	0
34	MMG	2	3	2	2	0	0	2
35	Newcrest Mining Limited	1	2	1	2	0	0	1
36	Newmont Mining Corporation	0	0	0	0	0	0	0
37	Noble Energy	0	0	0	0	0	0	0
38	Norsk Hydro ASA	1	2	1	1	0	1	1
39	Oil Search Limited	2	2	3	2	0	1	3
40	Orano Mining	0	0	0	0	0	0	0
41	PEMEX	0	0	0	0	0	0	0
42	Philia S.A.	0	0	0	0	0	0	0
43	Polyus	3	1	2	2	0	1	2
44	Rio Tinto	3	2	3	1	0	2	3
45	Royal Dutch Shell plc	2	2	3	1	0	1	3
46	RWE AG	2	1	3	1	0	2	2
47	Sherritt International Corporation	0	0	0	1	1	0	1
48	South32	2	1	3	2	0	1	3
49	Southern Copper Corporation	0	0	0	0	0	0	0
50	Staatsolie Maatschappij Suriname N.V.	0	0	0	0	0	0	0
51	Statoil ASA	2	2	3	1	0	1	3
52	Sumitomo Metal Mining Co., Ltd.	0	0	0	0	0	0	0
53	Teck Resources Limited	2	2	3	1	1	2	3
54	Total	1	1	3	1	0	1	1
55	Trafigura Group Pte. Ltd.	1	2	2	1	0	0	1
56	Tullow Oil Plc	3	1	3	1	0	1	2
57	Vale SA	0	0	0	0	0	0	0
58	Volkswagen Aktiengesellschaft	0	0	0	0	0	0	0
59	Woodside	1	2	1	2	0	0	1

Apêndice 7 - Empresas que têm RPAP, e não são obrigadas a ter

Empresas que têm RPAP mas não são obrigadas						
Empresa	País	Qt. Países que opera	Regiões	Cotada ?	Detida?	Subsidiárias
AngloGold Ashanti	África do Sul	10	América, África e Austrália	Sim	Não	36
Base Titanium	Quênia	1	Kenia	Não	Sim. Subsidiária de empresa do Reino Unido e Austrália	-
BHP Billiton	Austrália	12	América, Austrália e Reino Unido	Sim	Não	420
Freeport-McMoran Copper & Gold	EUA	6	América, Indonésia	Sim	Não	40
Glencore	Suíça	50	África, Oceania, Ásia, Europa e América	Sim	Não	60
Kosmos Energy	África do Sul	8	África e América do Norte	Sim	Não	20
MMG	Austrália	10	América, Ásia, Austrália, África	Sim	Não	25
Newcrest Mining Limited	Austrália	3	Austrália, Indonésia e Papua Nova Guiné	Sim	Não	29
Oil Search Limited	Nova Guiné	2	Alasca e Papua Nova Guiné	Sim	Não	5
Polyus	Rússia	1	Rússia	Sim	Não	28
South32	Austrália	5	África e América	Sim	Não	30
Woodside	Austrália	11	Oceania, África, América e Europa	Sim	Não	14

Apêndice 8 - Histórico da empresa Standard Oil



Fonte: <http://www.visualcapitalist.com/chart-evolution-standard-oil/>